

Fernando A. dos Santos Correia

Turismo Retrospectivo

**O potencial da Cidade Velha
Ilha de Santiago/Cabo Verde**

Orientador: Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Lisboa

2018

Fernando A. dos Santos Correia

Turismo Retrospectivo

O potencial da Cidade Velha

Ilha de Santiago/Cabo Verde

Dissertação defendida em provas públicas, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 24/07/2018, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 237/2018, de 22/06/2018, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.^a Doutora Mafalda Patuleia

Arguente: Prof. Doutor Jorge Umbelino

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Sarmento Ferreira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Lisboa

2018

Dedicatória:

Dedico este trabalho aos meus filhos e netos, colegas e professores, por todo o apoio prestado e à Sofia Lino, que muito me inspirou, em momentos de menos vontade.

Grato a todos.

Fernando

Resumo

A Ribeira Grande de Santiago, pelo coração chamada Cidade Velha, foi a primeira cidade de origem portuguesa a ser construída em África, desempenhando um papel relevante no apoio à expansão portuguesa e ao desenvolvimento do comércio internacional e da navegação de longo curso. Ali aportavam navios das rotas mais variadas, dando oportunidade ao estabelecimento de relações entre vários povos, fazendo da Cidade Velha o berço da mestiçagem, que lhe confere romantismo, mas não supera as dificuldades de desenvolvimento que, de um modo geral, atormentam o terceiro mundo.

Numa afirmação do Banco Mundial (2002), é referido que a pobreza é, ela própria, uma barreira à sua própria redução. No mesmo documento e sobre a implementação das necessárias e desejáveis estratégias de combate à pobreza é defendido que estas - devem ter como base a promoção do desenvolvimento económico sustentado da comunidade a que respeitam.

Na interpretação deste conceito depreende-se que dificilmente a pobreza resolve sozinha o seu problema. É necessário que existam apoios estruturais e políticos que proporcionem o desenvolvimento económico e social, melhorando a qualidade de vida e mobilizando a população para um objetivo comum.

O Turismo pode constituir a charneira entre estas duas premissas: *“relações entre vários povos”* e *“desenvolvimento e redução da pobreza”*.

Nesta dissertação procuramos verificar se existem condições, políticas, sociais, económicas e motivacionais, para que este local de referência - Património Mundial da Humanidade, desde 2009 - possa, servindo-se do turismo, empreender o seu próprio processo de desenvolvimento, em sustentabilidade, assumindo com verdadeiro pragmatismo e de uma forma original a melhoria da sua condição económica e social, restaurando-se e exibindo quadros vivos do seu passado, com a sua própria população.

Foram para isso iniciados os trabalhos, fazendo diligências para encontrar informação documental que permitisse reconhecer os objectivos e estratégias que marcam a vontade política do país - Cabo Verde - e a sua identificação com iniciativas desta natureza. Seguiram-se entrevistas exploratórias estruturadas, fundamentando a escolha do método de análise qualitativa que, de forma implícita, foi convertido em quantitativo.

Nos quatro grupos, bem identificados - Adm. Central, Adm. Local, Instituições Privadas e População Local - foi procurado detectar anseios, vontades e motivações para o envolvimento num projecto deste tipo. Da análise dos dados recolhidos, conclui-se existirem as condições prévias necessárias para o recurso a formas de turismo sustentável como potenciador de desenvolvimento, norteador ainda propostas para trabalhos complementares subsequentes.

Palavras-chave: Redução da Pobreza; Sustentabilidade; Motivações; Turismo rectrospectivo.

Abstract

Ribeira Grande de Santiago, now Cidade Velha, was the first city of Portuguese origin to be built in Africa, playing a relevant role in supporting Portuguese expansion and the development of international trade and long-distance shipping. There they supplied ships of the most varied routes, giving the opportunity to establish relations between various peoples, making the Old City the cradle of mestizaje, which gives it romanticism, but does not overcome the difficulties of development that, in general, torment the third world.

In a World Bank statement (2002), it is said that poverty itself is a barrier to its own reduction. In the same document and on the implementation of the necessary and desirable strategies to combat poverty, it is argued that these should be based on promoting the sustained economic development of the community to which they respect.

In interpreting this concept one can deduce that poverty alone hardly solves its problem. There must be structural and political support for economic and social development by improving the quality of life and mobilizing the population for a common goal.

Tourism can be the link between these two premises: "relations between various peoples" and "development and reduction of poverty".

In this dissertation we try to verify if there are conditions, political, social, economic and motivational, so that this place of reference - World Heritage of Humanity since 2009 - can, using tourism, undertake its own development process, assumed with true pragmatism and in an original way its economic and social development, restoring itself and showing living pictures of its past with its own population.

This was the beginning of the work, making efforts to find documentary information that would recognize the objectives and strategies that mark the country's political will - Cape Verde - and its identification with initiatives of this nature. Structured exploratory interviews followed, based on the choice of the method of qualitative analysis that, implicitly, was converted into quantitative.

In the four well-identified groups - Central Adm., Local Adm., Private Institutions and Local Population - we sought to detect wishes, wishes and motivations for involvement in such a project. From the analysis of the collected data, it is concluded that there are the necessary preconditions for the use of forms of sustainable tourism as a development enhancer, and also guide proposals for subsequent complementary work.

Keywords: Poverty Reduction; Sustainability; Motivations; Rectrospective tourism.

Índice

Introdução.....	6
Objectivos	7
Cap. 1. Revisão da literatura.....	10
1.1. Conceitos	12
1.1.1. Redução da pobreza	12
1.1.2. Competitividade	13
1.1.3. Motivações.....	14
1.1.4. <i>Stakeholders</i>	16
Cap. 2. Metodologia	22
2.1. Problema de pesquisa.....	22
2.2. Modelo analítico e estratégia metodológica.....	24
2.2.1. Tipo de pesquisa	26
2.2.2. Método de pesquisa	26
2.2.3. Técnica de investigação	27
2.3. Operacionalização do Modelo	28
2.4. Cronograma de acções	31
Cap. 3. Recolha de dados.....	32
3.1. Recolha de dados primários (documentação)	32
3.1.1. Constituição da ADEI (31/10/2008).....	32
3.1.2. DECRP-II (Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II)	33
3.1.3. Plano Estratégico para o turismo (2010/13)	35
3.1.4. Dados Estatísticos.....	36
3.1.5. Impacto económico do turismo em Cabo Verde.....	39
3.2. Recolha de dados secundários (Entrevistas)	41
3.2.1. Organização dos dados recolhidos.....	42
3.2.2. Entrevistas	43
Cap. 4. Análise e discussão de dados	68
4.1. Dados primários (documentação)	68
4.2. Dados secundários (entrevistas).....	69
Conclusões.....	80
Orientações para pesquisa futura.....	82
Referências bibliográficas	83
Anexos.....	I
Anexo I	II
Anexo II.....	VII
Anexo III.....	XII
Anexo IV	XVI

Introdução

Este trabalho, visa analisar as potencialidades de atracção turística que residem, espacial e temporalmente, num local onde a natureza não poupou nos seus recursos, chamado “Ribeira Grande”, mas que acertadamente ostenta agora o nome de “Cidade Velha”, concelho com duas freguesias, Santíssimo Nome de Jesus e São João Baptista, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Uma publicação cabo-verdiana, Ilhas, através da sua “Semanaonline” difundiu, a 11 de Dezembro de 2005 e repetiu, com toda a oportunidade, no passado dia 4 de Março de 2017, um trabalho com a seguinte apresentação:

- Ribeira Grande de Santiago: No rasto do berço crioulo - referindo que “A Cidade Velha é considerada o berço da cabo-verdianidade e da mestiçagem. Foi a primeira cidade construída pelos portugueses no Continente Africano, desempenhando um papel preponderante no apoio à expansão portuguesa e no desenvolvimento do comércio internacional e da navegação de longo curso entre os quatro cantos do mundo”.

Continuando a referir-se à Cidade Velha, acrescenta “... a recuperação do sítio histórico começou nos finais da década de 1980, financiada não só pela cooperação portuguesa, mas principalmente pela espanhola”. Hoje, a Cidade Velha conserva grande parte do casario, na sua malha original, com acentuado grau de degradação, mas ainda enfeitado com vestígios, alguns em ruínas, de edificações que marcaram o apogeu da primeira cidade portuguesa, ao sul do Trópico de Câncer e também a primeira capital de Cabo Verde”.

Nesses vestígios podem referir-se, nomeadamente, o da mais antiga igreja católica do Ocidente Africano (a igreja da Misericórdia) e a primeira Sé Catedral construída em África, não se encontrando, no entanto, vestígios de outras igrejas (Igreja de São Pedro, Igreja de Monte Alverne, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Ermida de Santa Luzia), além de outros monumentos que agora se encontram descaracterizados (Newsletter da DGPC/Portugal, 2002). Mas encontramos o pelourinho, em mármore branco, construído em 1512, que, juntamente com o Real Forte de S. Felipe e o Convento de S. Francisco, constituem os verdadeiros ex-libris da actual “cidade”, que, em 2005, voltou a recuperar o estatuto de município.

Podemos ainda encontrar um outro reduto histórico marcante, que são “os Trapiches”, recuperados recentemente através de um protocolo de cooperação entre Espanha e

Cabo Verde, assim como o foi a Igreja de Nossa Senhora do Rosário a mais antiga igreja colonial do mundo, (*“CidadeVelha/BerçoCrioulo”* - online), construída em 1495”.

Quando foi ali restaurado o concelho, a população da Cidade Velha não atingia os 3000 habitantes, chegando em 2010 a cerca de 8500 e a 16674, em 2016 (INE-CV, Anuário Estatístico, 2016).

Existindo condições de vida na região, devido à geografia e morfologia favoráveis do relevo e à proximidade do mar, a população manifesta acentuadas carências, vivendo, em grande parte, em regime de pobreza e de subsistência, na mansidão da brisa tropical.

Em 10 de Maio de 2009, graças ao seu valioso património histórico e arquitetónico, foi classificada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade e no dia 26 de Junho do mesmo ano, como uma das Sete Maravilhas do Mundo, de origem Portuguesa. É um valor histórico e cultural único e sem dimensão.

Obviamente, todos os locais são originais. Mas, o apelo à história e à cultura, europeias e africanas, que emana tão intensamente deste em particular, permite evocar o desejo e a esperança de que ele se imponha ao turismo e que não se deixe submeter a soluções que visem simplesmente interesses comerciais, que, na generalidade, se afastam do interesse do desenvolvimento sustentável.

Objectivos

O turismo é uma actividade que actualmente ocupa um lugar de grande relevo, em aspectos muito importantes do desenvolvimento económico e social das nações, mas que, muitas vezes, talvez pela sua grande dinâmica, escapa ao controle das recomendações práticas das melhores políticas, escolhendo o seu próprio caminho, adoptando a sua própria velocidade, que, por vezes não corresponde à velocidade desejada, ou desejável.

O seu poder dinamizador e a sua capacidade de crescer e de se desenvolver, é difícil de acompanhar pelas outras actividades, mesmo das que lhe estão associadas, dando origem a desequilíbrios sensíveis, que se tornam difíceis de atenuar. Ainda menos à velocidade com que foram criados.

No respeito pela sua fertilidade, o crescimento do seu desenvolvimento deveria recomendar que a sua génese fosse naturalmente ecológica.

Este projecto visa aproveitar o crescendo de visibilidade e reconhecimento que a povoação adquiriu, potenciando todas as valiosas características de destino turístico único, que já é, restaurando a malha urbana subjacente e os circuitos pedonais, promovendo o

dinamismo urbano e o desenvolvimento, mas de forma a que possa ser protegido das possibilidades de ocorrência de impactes indesejáveis, envolvendo para isso a sua população, com a sua identidade própria, a sua vontade e o seu contributo activo, vindo desta forma a ser a primeira a usufruir dos benefícios conseguidos, com sustentabilidade, organização social e territorial.

A actividade turística é, essencialmente, uma actividade sócio-cultural marcada pela causalidade das relações entre quem recebe e quem visita, pelo que este trabalho visa a avaliação cautelosa das condições que existem para a promoção do local, da população e da cultura caboverdiana, e, porque não, da cultura portuguesa, através do turismo, de forma sustentável, evitando assim que um local único, a Cidade Velha, se torne apenas mais um.

Apelando ao significado de sustentabilidade, o êxito deste projecto dependerá do prévio e específico conhecimento da receptividade e motivação dos residentes e de outras partes interessadas, quanto à expansão da actividade turística através da vivência e convivência num habitat recuperado, mas que continue apelando ao passado histórico relevante, na observância dos seus interesses, da sua cultura e dos recursos humanos e materiais disponíveis, tornando possível a planificação das políticas públicas adequadas, potenciando os resultados finais.

O eixo da ideia orientadora deste projecto “resume-se” no conjunto de acções que, obedecendo a projectos de especialidades, planeamento e gestão pormenorizadas, conduzam à regeneração de um aglomerado urbano histórico, reconhecido Património Mundial da Humanidade, utilizando mão-de-obra e materiais preferencialmente locais.

A cidade restaurada, que deverá acontecer no respeito pelos vínculos existentes e devidos ao facto de ser Património Mundial, virá posteriormente a ser incrustada com quadros vivos, teatralizando, com actores locais, reportando a sua origem, inspirados e fidelizados a factos históricos conhecidos, devendo também ser consolidadas as infraestruturas sociais e urbanas que garantam a manutenção da sua autonomia e soberania autárquicas, potenciando substancialmente a sua atractividade turística, passando a contar com visitantes tendencialmente excursionistas e/ou turistas residenciais, dispensando assim as unidades hoteleiras hoje tradicionais, de grande interesse, mas assegurando os seus serviços fora dos limites do aglomerado urbano, na vizinha Cidade da Praia.

É um desafio colocado às forças vivas, sociais, económicas e políticas caboverdianas, convidando-as a aceitar a possibilidade de enraizar no seu território uma

verdadeira vertente sustentável do turismo, na Ilha de Santiago, dotando-a de um património que será sempre actual.

Os questionários que nos propomos realizar e analisar de forma adequada, constantes dos Anexos a este trabalho, visam perceber da existência de motivações que permitam levar por diante esta ideia.

Em resumo e especificamente, iremos procurar:

- Determinar o grau e a qualidade das motivações existentes na comunidade e parceiros, para o empreendimento;
- Perceber se se mantêm as determinações políticas anunciadas nos documentos: DECRP I (Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza) e DECRP II e o seu enquadramento com o desenvolvimento do turismo sustentável.

Cap. 1. Revisão da literatura

A sustentabilidade passou a ser lugar comum em abordagens ao desenvolvimento social. Nesses processos são envolvidos, a energia, o ambiente, a economia, a sociologia, a história, etc.

O Homem, que, por definição de Ser racional, tem propensão para transformar o meio ambiente em seu proveito, isto é, de acordo com os seus interesses, historicamente, não demonstra preocupação com condutas sustentáveis. Por isso, sempre que exista intervenção humana, afigura-se necessário vigiar a sustentabilidade emergente.

O turismo, por natureza um fenómeno social, com intervenção nas áreas acima sugeridas e em outras, arrasta consigo um forte potencial de insustentabilidade, o que, no entanto, não tem representado impedimento ao seu notável e importante desenvolvimento. Aparentemente, esta característica não estará nos primeiros lugares da hierarquia de importância, num ambiente que poderá ser apelidado de “designio turístico”.

David B. Weaver (1991), numa análise ao desenvolvimento da economia da ilha de Dominica, refere que a ilha, depois de ter revelado uma tendência para o turismo de massas, conforme era dominante em todo o Caribe, não chegou a concretizá-lo por limitações de origem política e ambiental, tendo, a partir de 1971 optado por uma política deliberada de ecoturismo, justificado pelos atractivos do seu interior, dominado por montanhas e florestas, que foram suficientes para incrementar o desenvolvimento que ainda hoje se observa.

Para Erlet Cater (1994: p.34), *“o turismo, como sector de mais rápido crescimento, oferece às empresas de turismo e destinos do Terceiro Mundo, a perspectiva de capitalizar sobre a vantagem comparativa destas nações em termos de ambientes naturais intocados. Por definição, esse desenvolvimento deve beneficiar mais os destinos em termos de envolvimento local em pequena escala, com menos impactos adversos. Não se pode negar a oportunidade de esses países aumentarem o seu potencial de desenvolvimento, aproveitando os seus recursos naturais sem que, ao mesmo tempo, os destrua. No entanto, o que é essencial é o reconhecimento de que, sem uma compreensão adequada dos factores subjacentes e um planeamento e gestão cuidadosos, o ecoturismo pode incluir aspectos insustentáveis”*.

Outro aspecto importante é a autenticidade do que o turismo mostra aos turistas. Segundo Philip Deaden e Sylvia Harron (Canadá, 1994), a visita reduz a autenticidade dos moradores, apesar das estratégias utilizadas pelas empresas de turismo para o contrariar. Um levantamento de caminheiros revelou altas satisfações, mas as motivações estão a mudar para

enfatizar a autenticidade de toda a experiência, ao invés da autenticidade étnica dos autóctones. Está em curso uma transformação do turismo étnico primário em turismo cultural, com um forte carácter recreativo. Embora isso seja um bom presságio para a sustentabilidade futura, a resposta e o envolvimento dos autóctones permanecem mínimos.

O discurso sobre formas de turismo sustentável não deve ser reduzido aos aspectos científicos, como é sempre realçado nos programas oficiais para o desenvolvimento do turismo. No turismo, o discurso de turismo sustentável e o patrocínio de iniciativas que abordam a relação entre turismo e meio ambiente, demonstra, usando um exemplo escocês, que a abordagem dominante para o turismo sustentável é técnica, racional e científica, sugerindo ainda que, embora isso seja necessário, não deve esconder a emergência de uma resposta ética (Hughes, 1995).

A sustentabilidade é um paradigma complexo, incorporando e relacionando muitos aspectos dos seus três pilares: social, económico e ambiental.

Neste sentido Colin Hunter (UK,1997), afirma que, apesar das suas origens assentarem no conceito geral de desenvolvimento sustentável, o tema do turismo sustentável parece ter evoluído, em grande parte, à margem do contínuo debate sobre o significado do primeiro, sugerindo ainda que o conceito de turismo sustentável seja redefinido em termos de um paradigma abrangente que incorpore uma gama de abordagens ao sistema turismo / meio ambiente, nas áreas de destino. Essas abordagens são delineadas para uma variedade de situações abstractas, com o objectivo de demonstrar a legitimidade de diferentes percepções do turismo sustentável.

As diferentes abordagens que podem ser feitas à sustentabilidade conduzem forçosamente a que os investigadores do turismo se rendam à necessidade de encontrar indicadores, directos, indirectos, ou cruzados, que permitam medir, objectivamente, o desenvolvimento do turismo sustentável.

Choi, H.; Sirakayab, E. (2006) mobilizaram um vasto conjunto de investigadores, que, após várias rondas de discussão, conseguiram um consenso sobre a formulação de um conjunto de 125 indicadores; políticos (32), sociais (28), ecológicos (25), económicos (24), tecnológicos (3) e culturais (13). A confiança destes investigadores no consenso encontrado, levou-os a afirmar ainda que podem ser adoptados indicadores sustentáveis, baseados nas características das amostras.

Para estas pesquisas (Gestão do desenvolvimento do turismo sustentável: Revista de turismo da ESCAP, nº 22. New York, NY: ONU, 2001) devem ser mobilizados especialistas

em indicadores das ciências sociais e físicas e de todos os grupos de partes interessadas, incluindo residentes das comunidades, especialistas da indústria, responsáveis governamentais pelo planeamento, órgãos de decisão política e organizações não-governamentais.

1.1. Conceitos

1.1.1. Redução da pobreza

Como melhorar as perspectivas de muitos milhões de indivíduos que foram deixados para trás, nas áreas rurais e urbanas, pelo aumento dos padrões de vida no mundo em desenvolvimento? A resposta a esta pergunta é importante porque o problema não irá desaparecer sem intervenção activa.

Contudo, é improvável que a pobreza seja reduzida de forma significativa nas próximas décadas, simplesmente devido a acções externas, através de donativos, alimentação, apoio médico e sanitário, etc. São também necessárias melhores políticas, gestão e liderança, mas temos de concordar que não têm sido suficientes.

Na obra *Markets and Rural Poverty* (Christopher Coles, Jonathan Mitchell, Marwan Owaygen e Andrew Shepherd, 1998) afirmam que, as classes mais pobres, com apoio, podem construir as suas próprias oportunidades, num processo que lhes permite fazer a transformação de vítimas infelizes em agentes activos da sua própria prosperidade, o que representa uma mudança muito importante nos processos de desenvolvimento, considerando-o como algo que ‘é feito para eles’, mas também algo que os próprios definem, empreendem e dirigem”.

Numa afirmação, o Banco Mundial (2002), refere que a pobreza é, ela própria, uma barreira à sua própria redução. Juntando uma estratégia contra a pobreza, defendendo que ela depende grandemente da promoção do desenvolvimento económico, considera, contudo, algumas reservas relativamente ao seu impacto e baseando-se em vários estudos, defende que:

- O desenvolvimento económico é fundamental para a redução da pobreza e em princípio, não cria desigualdades.
- O desenvolvimento, acompanhado de políticas sociais, é melhor do que apenas crescimento.
- Uma desigualdade inicial elevada prejudica a redução da pobreza no futuro.

Na interpretação deste conceito subentende-se que dificilmente a pobreza resolve sozinha o problema da pobreza. É necessário que para a Cidade Velha existam apoios estruturais e políticos que proporcionem o desenvolvimento e com ele reduzir a pobreza.

1.1.2. Competitividade

O turismo tem, no espaço geográfico, uma importante área de actuação, nomeadamente, no planeamento e no ordenamento e gestão do território.

Um lugar, ou região, tornar-se-á um destino turístico, na medida da sua promoção e do seu reconhecimento, adquirindo, ou não, vantagem competitiva à custa do seu valor intrínseco, que o leve a ser preferido, confrontado com outros concorrentes.

Tornar, manter, proteger ou fortalecer os destinos turísticos e as suas posições num mercado cada vez mais competitivo e global, tornou-se um desafio de grande relevância na indústria do turismo (Crouch, 2007).

Para Enright e Newton (2004), o sucesso dos destinos turísticos nos mercados mundiais é influenciado pela sua competitividade relativa.

A competitividade é cada vez mais importante para os países que pretendem acompanhar o crescente mercado do turismo e isso é particularmente relevante para os que dependem fortemente do estado em que neles se encontre o sector (Echtner e Ritchie, 2003; Navickas e Malakauskaite, 2009).

Para Malakauskaite e Navickas (2010), no sector do turismo, como noutros, a competitividade não pode ser separada do desenvolvimento harmonioso e sustentável dos destinos turísticos. O desenvolvimento do turismo deve ser sustentável, não só economicamente, mas também em termos sociopolíticos, tecnológicos, naturais, ecológicos e culturais (Crouch e Ritchie, 1999, Malakauskaite e Navickas, 2010).

Para Crouch e Ritchie (1999), o desenvolvimento do potencial turístico de qualquer país ou região, depende substancialmente da sua capacidade em manter a vantagem competitiva no produto que oferece aos visitantes.

São da mesma opinião Dwyer e Kim (2003), ao afirmarem que um destino turístico só é competitivo enquanto for capaz de oferecer aos seus visitantes, bens e serviços melhores que a concorrência.

Casadesus-Masanell e Ricart (2010) aceitando que a competitividade é uma preocupação comum a muitos países e regiões, afirmam ainda que a competitividade é uma

forma de acelerarem o seu desenvolvimento e alcançarem mercados internacionais.

Para Dwyer et al. (2004), a competitividade de uma nação não é um resultado tangível, mas um meio para atingir um fim, um objectivo final de desenvolvimento da indústria, para aumentar a riqueza dos povos.

A competitividade no sector do turismo envolve muitos factores, tais como: - o ambiente natural (localização geográfica, paisagens, clima, etc.), meio ambiente construído (transportes turísticos, infra-estruturas de abastecimento, de lazer, de entretenimento, comércio, serviços, alojamento, etc.) e a globalização dos mercados (Navickas e Malakauskaite, 2009).

Para Malakauskaite e Navickas (2010), a competitividade do turismo contribui bastante para o desenvolvimento económico e pode ser descrita como o resultado da sinergia entre os factores naturais e humanos criados nos recursos do destino turístico. Ela é determinada pela capacidade dos agentes e do poder político, atraírem novos visitantes e aumentar os seus consumos, com a oferta de bens e serviços de qualidade, bem como em experiências apreciadas.

É sabido que as dificuldades ‘aguçam o engenho’ e na Cidade Velha, habituada a dificuldades, facilmente suportará os desafios da competitividade saudável, orientada no sentido de promover a inovação, a qualificação, a formação e o crescimento.

1.1.3. Motivações

Motivação é o resultado da interacção entre um indivíduo e uma situação concreta e a sua intensidade pode variar de indivíduo para indivíduo, mas também para o mesmo indivíduo, em tempo diferente.

Analisado sob o ponto de vista psicológico, o conceito de motivação traduz o impulso interno que nos leva a empreender uma acção e que está intimamente ligado ao desejo, necessidade ou vontade, sendo um importante instrumento de avaliação e compreensão do comportamento humano. Resulta de interacções entre os valores contidos no temperamento e no carácter individuais, nomeadamente; o pensamento, a emoção e a acção, envolvendo ainda desejos, anseios, esforço e sonhos.

Os objectivos motivacionais são individuais e o significado das acções empreendidas está então relacionado com a escala de valores que formam a identidade individual, dando sentido ao modo como é assumida a motivação, bem como o grau de satisfação conseguido.

A motivação justifica uma grande variedade de comportamentos. Cada indivíduo tem interesses próprios, logo, diferentes indivíduos podem fazer as mesmas coisas por diferentes razões e de diferentes formas, permitindo que a articulação de diferentes interesses e diferentes capacidades seja decisiva na eficácia do trabalho em equipa.

Muitas tarefas complexas exigem trabalho colaborativo, numa filosofia de interacção em que cada indivíduo é responsável pelas suas acções e pela capacidade de aprender a considerar as contribuições dos outros elementos (Panitz, 1997). A cooperação representa um tipo específico de colaboração, em que os agentes trabalham em pequenos grupos, permitindo a contribuição de todos os participantes, organizados numa actividade estruturada.

Na concepção deste projecto é considerado que existe uma oportunidade de regenerar o espaço urbano e a região envolvente da Cidade Velha, convertido num local onde, aos visitantes, seja proporcionado conviver com uma parte importante e significativa da história da civilização humana, que marcou e marca as culturas portuguesa e caboverdiana, como estando num museu vivo.

Apesar da destruição que suportou, continuam ali a existir marcas indestrutíveis e relevantes da sua importância como primeiro laboratório da expansão portuguesa e do início da história de Cabo Verde.

Trata-se de uma tarefa prolongada e difícil, não dispensando fortes motivações de todos os intervenientes, em que estão incluídos:

- Naturais e residentes, disponíveis para colaborar na reconstrução;
- Naturais e residentes, disponíveis para constituir os elencos actuates nas acções a desenvolver;
- O poder político, nacional e regional, reconhecendo o seu valor e prioridade;
- Agentes do comércio, indústria e turismo, aceitando e validando este novo parceiro.

É motivador pensar que irá poder visitar-se 'Ribeira Grande', regenerada na sua beleza e originalidade, dispondo das facilidades actuais.

É motivador confirmar que, sendo Cabo Verde um país de fracos recursos naturais, que pretende deixar-se abraçar pelo turismo, aproveitando uma oportunidade de ver crescer o seu desenvolvimento e a sua economia, não se deixe sufocar por ele.

É motivador imaginar Cabo Verde a construir o seu próprio turismo, de base sustentável, com a sua gente e a sua própria competência, que pode ser admirada, reconhecida e respeitada, pelo que até hoje já construíram, sem recursos.

1.1.4. Stakeholders

O conceito de sustentabilidade tornou-se um tema importante em relação ao planeamento e ao desenvolvimento do turismo. “Para que o desenvolvimento do turismo sustentável seja bem sucedido, as partes interessadas devem estar envolvidas na construção do processo. As questões que devem ser postas à partida, são: (1) quem deve ser considerado como parte interessada no desenvolvimento do turismo, e (2) como vão os responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento envolver as partes interessadas no desenvolvimento do turismo?

Para Erick T. Byrd (2007), pode responder-se a essas perguntas afirmando que no conceito de turismo sustentável estão incorporados, a inclusão e o envolvimento das partes interessadas.

Então, quem deve estar envolvido no processo de desenvolvimento sustentável do turismo? Com base nas definições que são utilizadas para a sustentabilidade e o turismo sustentável, são identificados quatro grupos distintos; os visitantes, a comunidade de acolhimento, os agentes turísticos e o poder político.

A colaboração entre os principais intervenientes é um ingrediente fundamental nos esforços de desenvolvimento sustentável (Sautter, E.; Leisen, B., 1999).

Se a Cidade Velha puder contar com uma estratégia de desenvolvimento apoiada nas suas raízes culturais e históricas, sabendo criar uma forma de turismo, que, não sendo original, seja genuína e caracterizada pelo envolvimento humano (... a morabeza), decerto verá facilitado o surgimento de motivações e de parceiros.

1.1.4.1. Os visitantes

Os visitantes são os destinatários dos produtos turísticos.

Na actualidade, o desenvolvimento turístico apresenta-se maior em cada ano, com manifesta visibilidade nos negócios, nos meios de comunicação social, e, de um modo geral, nas rotinas dos cidadãos e na sua qualidade de vida.

O turismo é uma actividade que potencia o desenvolvimento local, gera emprego em diversos sectores e capta investimento em novos negócios (OMT, 1998), sendo este o contexto mais apetecível para a sua análise.

No entanto, reveste-se de muito interesse o exame atento ao seu desenvolvimento. A sua intervenção na dinâmica do desenvolvimento de espaços ainda atrofiados convida à

rapidez, o que nem sempre é responsável pela aplicação dos melhores métodos, sendo que, muitas vezes, as iniciativas destinadas a privilegiar os visitantes, actuam em detrimento dos residentes.

Cabo Verde é um destino que não sofre os efeitos de sazonalidade, o que facilita a utilização de soluções de desenvolvimento equilibrado. Além disso, possui um forte reduto do que é tradicional, o que constitui um reconhecido potencial de atractividade. Estas circunstâncias tão favoráveis, quase exigem que o planeamento do crescimento turístico se faça cumprindo as regras da sustentabilidade.

1.1.4.2. Comunidades de acolhimento

As partes interessadas no turismo sustentável desempenham um importante papel na prática desta forma de turismo.

É considerada parte interessada, na indústria do turismo, qualquer pessoa, ou organização, que é afectada, positiva ou negativamente pelo desenvolvimento, pelo que, o seu envolvimento conjunto, tem como resultado, a redução do potencial de conflito entre os turistas e a comunidade de acolhimento, se esta for envolvida na definição da forma como o turismo se desenvolve.

O planeamento turístico contemporâneo reconhece que uma abordagem ao desenvolvimento integrado e sustentável inclui a participação de moradores e comunidades locais (Colin Hunter, 1997).

O sucesso deste projecto dependerá da capacidade de inovação e liderança a nível da comunidade, porque são elementos importantes para a criação e integração de novas ideias, primeira parte dos processos de envolvimento e de desenvolvimento.

1.1.4.3. Agentes e promotores turísticos

Já foi dito que a pobreza dificilmente é reduzida sem apoio externo. O apoio das partes interessadas no tipo de turismo que propomos é essencial para o seu desenvolvimento, bom funcionamento e sustentabilidade.

As partes interessadas no turismo são de diferentes tipos, dependendo dos seus interesses de base. No entanto, nem todas as partes interessadas têm o mesmo nível de interesse no desenvolvimento do turismo sustentável e podem ser mais ou menos activas, ou até inactivas, em alguns aspectos do desenvolvimento. Além disso, algumas partes

interessadas são mais importantes do que outras para determinar o sucesso de determinadas atividades.

Por este motivo, este documento procurará identificar os principais interessados na implementação do desenvolvimento do turismo sustentável, fornecendo uma síntese das semelhanças e diferenças, nas características dos actores do turismo encontrados na Cidade Velha, marcada pela história e reconhecida pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade.

1.1.4.4. Governo

Iremos decerto encontrar vários especialistas incluídos nas organizações de turismo, órgãos de consultoria local, departamentos governamentais, organizações não-governamentais e outras organizações da esfera política, orientadas para o turismo. Efectivamente, o poder político caboverdiano não deixa de insistir na grande importância que o turismo representa, como motor da actividade económica e social no país, como se pode constatar pela leitura do seu manifesto para o desenvolvimento estratégico.

A transcrição prolongada de partes do texto deste documento é feita com a intenção de não se perder o verdadeiro contexto em que ele se pretende afirmar.

Assim, o Ministério das Finanças e Administração Pública de Cabo Verde, através da sua Direcção Geral do Planeamento publicou um documento que marcou a postura da nação, quanto às ambições da política nacional no que diz respeito ao desenvolvimento económico e à redução da pobreza.

Nesse documento, (Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – II, 2008: p.1, Min. Finanças e Adm. Pública de Cabo Verde), o Primeiro Ministro da república caboverdiana, a certa altura do prefácio, que assinou, afirma: - *“A seca persistente, a insularidade e outras vulnerabilidades de natureza estrutural, não são uma fatalidade. Investindo fortemente nos recursos humanos, concerteza que emergirão imaginação e inovação suficientes para transformar não somente as vantagens comparativas mas, também certas vulnerabilidades, em vantagens competitivas... Para tanto, a organização e o método serão fundamentais na lógica e racionalidade da nossa postura, a tolerância e a morabeza terão que ser sempre o apanágio da cabo-verdianidade, a participação construtiva um atributo da cidadania e a cidadania o elemento central da democracia em crescendo permanente”* (José Maria Pereira Neves, Primeiro-Ministro, 2008).

Também nesse documento, que marca os objectivos a que destinam o esforço, a

confiança e a ambição da nação para o futuro, são encontradas inúmeras referências quanto à abertura, ao valor e à importância que o país dedica ao turismo.

Referiremos algumas, esclarecedoras:

- Numa referência à parceria especial entre Cabo Verde e a União Europeia (DECRP-II, 2008: p.36):

“O processo de transformação preconizado significa a alteração da estrutura produtiva e a sua modernização sob impulso de um crescimento económico duradouro, capaz de reduzir a pobreza e a exclusão social, ampliar a solidariedade nacional e aumentar a qualidade de vida das pessoas. A mudança da estrutura produtiva será motivada pela busca de valor acrescentado elevado nos sectores do turismo, hub de transportes, serviços ligados ao mar, serviços internacionais (IT, financeiros, etc.), cabendo à produtividade e à competitividade o papel de barómetro de medição da inserção adequada no complexo mundo das trocas internacionais”;

- No Preâmbulo (DECRP-II, 2008: p.2), Cristina Duarte, Ministra das Finanças e Administração Pública, refere - “O balanço da execução do DECRP I faz uma avaliação geral e específica positiva do quadro de estabilidade macroeconómica, da gestão das finanças públicas, dos sectores da educação e da saúde cujas metas foram alcançadas em 2007, da monitorização da pobreza e da progressiva inclusão social e redução da pobreza, dos esforços que conduziram à redução do desemprego, para além dos desempenhos no que se refere ao rápido crescimento do Investimento Directo Externo (IDE) e as receitas do turismo, as melhorias na planificação orçamental e eficiência nas despesas públicas, etc. Esses ganhos são fruto da conjugação de importantes factores dos quais se destacam a governação política, a governação económica, a educação, a saúde, a redução da pobreza e inclusão social e a redução do desemprego.”

- No (DECRP-II, 2008: p.121), Pilar III – COMPETITIVIDADE:

“Atravessa todos os sectores, desde o primário ao terciário, com especial ênfase para este último como sector gerador de serviços e de emprego em especial o turismo, bem como destaca o papel do sector privado na dinamização da economia... O quadro da política económica terá em consideração outras importantes constatações da dinâmica do desenvolvimento sectorial e da sua relação com a geração do emprego. Neste particular são de realçar medidas visando (i) desenvolver a competitividade do turismo, (ii) melhorar a qualidade da oferta de alojamentos, (iii) introduzir eficiência e qualidade nas infraestruturas de fornecimento de água, energia, saneamento, rodoviárias e aeroportuárias, (iv) diversificar

os produtos turísticos, (v) apoiar o investimento privado nacional no turismo, (vi) melhorar a eficiência da promoção turística, (vii) internacionalização de serviços e a sua competitividade...

Ainda, “O desenvolvimento integrado do meio rural com base na utilização sustentada e racional dos recursos do território, será continuado a partir da modernização e diversificação das actividades produtivas e o desenvolvimento integrado das comunidades rurais, através do ordenamento das bacias hidrográficas, em paralelo com o alargamento da rede de infraestruturas e dos serviços essenciais, com realce para a electrificação rural e as vias de acesso.”

A “nova agricultura deverá estimular o surgimento de fileiras competitivas, incluindo a prestação de serviços, em especial o turismo rural, em particular através da articulação com o processo de desenvolvimento de parques naturais e de valorização dos recursos ambientais e conservação da natureza. Neste sentido, serão reforçadas as acções nos domínios da formação, da extensão rural e do crédito, visando criar novas oportunidades e reduzir os desequilíbrios no acesso aos recursos.”

- No (DECRP-II, 2008: p.36), 2.4. Contexto económico; serviços

“O Investimento Directo Estrangeiro tem sido o grande motor do crescimento e pode em 2006 ou em 2007 já ter assumido a liderança na formação bruta do capital fixo, na geração de rendimentos e elevado a maior empregador. Os esforços para atrair IDE resultaram na melhoria do nível e qualidade do investimento estrangeiro particularmente na indústria e no turismo.”

- No (DECRP-II, 2008: p.89), ponto 3.4.7. Cultura e desenvolvimento.

“Os desafios do sector assentam-se no seguinte: (i) promoção de uma política cultural na perspectiva do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade; (ii) recentragem da cultura na projecção de Cabo Verde; (iii) qualificação e promoção dos produtos culturais; (iv) valorização e promoção do património histórico-cultural. Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento sustentado da indústria do turismo e à redução da pobreza”.

- No (DECRP-II, 2008: p.120), 4.2.2. Cultura, educação, cidadania

... atendendo que uma das âncoras do desenvolvimento do país é o turismo, e para que se desenvolva uma política cultural que confira ao turismo a autenticidade requerida, propõe-se que a legislação sobre o turismo tenha sempre em conta os aspectos culturais; que as infraestruturas turísticas, na sua concepção, tenham em conta a cultura, podendo ser, por

isso, sujeito de incentivos; que o consumo cultural do turismo tenha em boa conta o mercado local da cultura; que se defina uma percentagem do retorno turístico para investimentos na cultura; e que os operadores turísticos e económicos que investirem na cultura possam beneficiar de incentivos fiscais.”

Desenvolver a Competitividade do Turismo (DECRP I: 2003) - O turismo continuará sendo o motor principal da economia. Serão identificadas e implementadas políticas acertadas que respondam com melhor eficácia aos problemas e deem resposta aos novos desafios impostos pela modificação na situação do mercado, entre outros:

- O aumento significativo da competitividade internacional do turismo cabo-verdiano;
- A promoção de empreendimentos turísticos integrados e de superior qualidade.

Diversificar os Produtos Turísticos (DECRP I) - Existe já uma procura do turismo rural em Cabo Verde. A reputação do país no domínio da música é reconhecida internacionalmente. Importa pois promover uma política de diversificação assente nesses dois produtos, turismo rural e turismo cultural, em combinação ou desassociados dos produtos principais, sol e praia. As políticas de promoção desses dois produtos de diversificação, de forte impacto na economia local, devem ser prosseguidas em coordenação com as autarquias locais e associações cívicas representativas e com o organismo central que se ocupa do ambiente. Devem ser enquadradas também no âmbito de programas de criação de emprego no meio rural e fomento do empreendedorismo jovem.

Apoiar o Investimento Privado Nacional no Turismo - (DECRP I) - A competitividade do sector resulta também e em grande medida da qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Neste contexto, é importante o perfil profissional do investidor e sua capacidade financeira e empresarial. Constitui aposta do Governo promover a graduação do turismo cabo-verdiano para além do patamar médio baixo.

O desenvolvimento do sector do turismo abre novas perspectivas à produção agro – pecuária”, além de constituir um poderoso instrumento de desenvolvimento económico e social, colocando-se na articulação de muitos interesses, pelo que, o envolvimento das partes interessadas na definição do seu planeamento pode ser decisivo para encontrar soluções para a sua implementação, que minimizem os impactos negativos que os movimentos desordenados de interesses económicos poderosos, sempre proporcionam.

Cap. 2. Metodologia

2.1. Problema de pesquisa

Como referido anteriormente, este trabalho procura analisar as motivações para o empreendedorismo local e turismo sustentável em Cidade Velha, Ilha de Santiago, Cabo Verde.

O turismo é um fenómeno que, além de retratar as singularidades culturais dos povos e países, também retrata as diferenças entre as condições de vida de uns e de outros. A UNWTO (2012) certifica-o como uma excepcional oportunidade para impulsionar o crescimento económico. Porém, para tal, é necessário que a sua execução se desenrole de forma planeada e gerida em concordância com os princípios da sustentabilidade.

Seelos e Mair (2004) afirmam, assim, que pela sua capacidade de produzir mudanças e transformações socio-económicas junto de indivíduos e comunidades vulneráveis através da adopção de abordagens empresariais, o empreendedorismo local pode incorporar-se num modelo de desenvolvimento sustentável.

Pela sua potencialidade para combinar retorno económico e impacto social, o turismo configura-se também como sendo um sector capaz de propiciar um ambiente favorável à constituição, desenvolvimento e sustentação de iniciativas de empreendedorismo e, consequentemente, pode assumir-se como um meio privilegiado de interacção entre turistas e comunidades locais – o que, geralmente, não acontece nos destinos massificados – e estabelecer-se como um válido instrumento de compensação dos desequilíbrios sócio-económicos que o modelo de turismo dominante e hegemónico gera, em muito devido à sua orientação para o lucro a curto prazo.

Partindo desta problemática, o presente trabalho pretende debater o potencial que o turismo pode representar para um desenvolvimento sócio-económico e inclusivo em Cabo Verde, se desenvolvido com base em iniciativas de empreendedorismo local e orientadas pelos princípios da sustentabilidade sócio-económica, cultural e ambiental.

Em Cabo Verde, a actividade turística foi ganhando, nas duas décadas mais recentes, uma expressão crescente e o sector afigura-se como um importante agente cultural e de desenvolvimento socio-económico. Porém, o país apresenta-se como um caso paradigmático da predominância do turismo massificado, o que legitima o interesse em questionar a sua articulação com os princípios da sustentabilidade.

Face ao contexto acima reproduzido, o presente trabalho interroga justamente as

condições de desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo local no sector turístico em Cabo Verde, em particular na Cidade Velha, na ilha de Santiago.

Para esse efeito, procura, em primeiro lugar, analisar o padrão de desenvolvimento turístico do país e da ilha, para, com base num diagnóstico das tendências, dos recursos existentes e das expectativas e percepções dos actores locais, poder aferir se as condições e dinâmicas expectáveis se revelam mais ou menos favoráveis à emergência e ao desenvolvimento de iniciativas suportadas por princípios, metas e formas de intervenção características do empreendedorismo local.

A pesquisa centra-se, portanto, nas articulações entre o empreendedorismo local e o turismo, no sentido de perceber se as actuais condições do contexto turístico cabo-verdiano favorecem a viabilidade e o êxito deste tipo de iniciativas.

Tendo isso em vista, a pesquisa orientou-se pelas seguintes interrogações:

1. Que relevo e importância estratégica têm as formas de actuação no sector turístico, baseadas nos princípios do empreendedorismo local e do desenvolvimento sustentável?
2. Que iniciativas de empreendedorismo local, no domínio turístico, se observam em Cabo Verde?
3. Quais as motivações, metas e potenciais que os principais actores identificam nesta forma de actuação?
4. O governo e as OTS nacionais, e em particular as da ilha de Santiago, possuem condições, recursos e competências para promover e dinamizar iniciativas de empreendedorismo local no sector turístico?

Com esta investigação, pretende-se contribuir para o despontar do desenvolvimento turístico sustentável na Cidade Velha, através da promoção de iniciativas de empreendedorismo local, como pioneiras, em algumas áreas, ou, para complementar a oferta existente. O objectivo geral é por isso analisar em que medida o contexto turístico cabo-verdiano e o interesse da população na Ilha de Santiago, são propícios para a aposta e implementação deste tipo de iniciativas.

Como objectivos específicos, propõe-se verificar se os interesses estratégicos nacionais coincidem, ou permitem, as condições que favoreçam a atitude de juntar esforços que dinamizem e levem até ao fim projectos deste tipo, ambiciosos e paradigmáticos.

2.2. Modelo analítico e estratégia metodológica

Sendo o principal propósito deste estudo analisar os estímulos que possam promover o empreendedorismo local na Cidade Velha, associado ao turismo, o objecto do estudo será organizado em torno de dois níveis de análise: macroambiental e microambiental.

Ao nível macroambiental, é fundamentalmente com base nas análises documentais que se procurará caracterizar o país, sob o ponto de vista da ambição do seu projecto político para o turismo. Complementarmente, será utilizada a técnica de entrevista, para percepção do interesse dos agentes nacionais e locais, com importância e relevo na região, sobre diversas questões especificamente relacionadas com as dinâmicas de desenvolvimento turístico e os seus vectores de suporte, nomeadamente, o que se refere à conjuntura actual e às infra-estruturas existentes, as perspectivas de evolução futura, os impactos associados e a sua sustentabilidade.

Um dos instrumentos de análise destas condições, será a verificação da atitude emocional, demonstrada pelo grau de aceitação, ou rejeição, das formas de turismo implantadas, que será um dos vectores de influência na motivação dirigida às formas alternativas de turismo.

Ao nível microambiental, a estruturação da análise será inspirada na importância de que se revestem os impactos sociais e os recursos capitais primários (social, humano e financeiro) e os seus respectivos vectores de influência, nas dinâmicas que compõem e impulsionam o empreendedorismo local, questionando a receptividade e compreensão da proposta, por parte dos que viriam a ser os principais actores e seus primeiros beneficiários.

Subjectivamente, procurará verificar-se em que medida se observam no terreno condições e dinâmicas favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas no sector turístico, mas orientadas para o envolvimento das populações locais na resolução de problemas locais, sensíveis ao respeito pela cultura local e à promoção da qualidade de vida dos autóctones, privilegiando a análise das condições entendidas como recursos primários e fundamentais para esta iniciativa, que são: o capital social, humano e financeiro. Não fará sentido contar com a existência de motivações positivas, se também estes vectores não apresentarem condições de fornecer um contributo positivo.

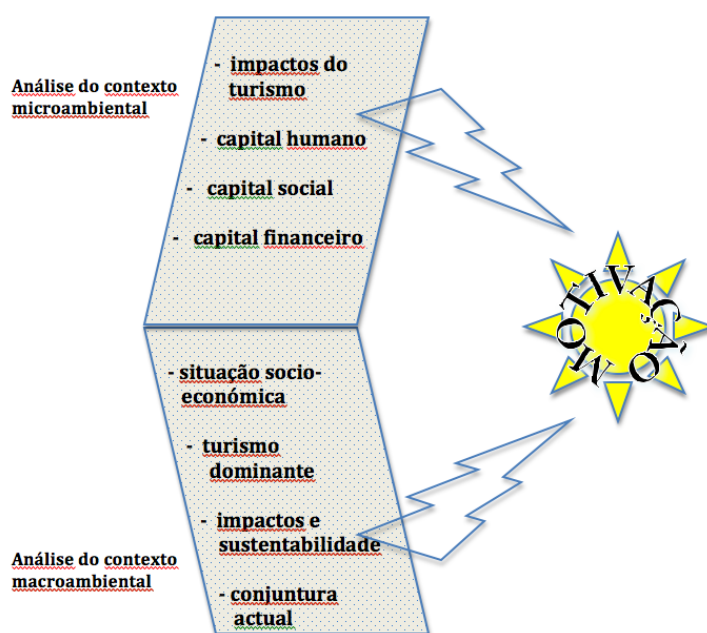
A preparação dos recursos humanos para intervirem no âmbito do empreendedorismo local, exige motivação e liderança. Admitimos que esta dificuldade será ultrapassada se existir um sério envolvimento da população local no processo de planeamento turístico, com a sua participação activa, cívica e associativa, estimulando a vontade e a

confiança e contando com a acção coordenadora e dinamizadora do Governo, do poder local e das OTS.

Na figura seguinte estão representados os vectores considerados responsáveis pela necessária motivação para a implantação de formas de turismo alternativas.

O corpo dos guiões de entrevistas será preenchido com questões relacionadas com os vectores aos quais foi atribuída a capacidade de revelarem a existência das condições que determinam a desejável Motivação.

Figura 1: Modelo operacional



Fonte: O autor

Metodologicamente, será adoptada uma estratégia qualitativa. Esta estratégia afigura-se a mais adequada a um trabalho que procura captar as dinâmicas que emergem das relações sociais (Flick, 2009), mas que também se debruça sobre a articulação organizacional (Strauss e Corbin, 2008) procurando reter os dados partindo das percepções dos próprios actores, e “deixando de parte preconceitos e ideias feitas” (Miles e Huberman apud Coutinho, 2011: p.88).

Na verdade, estes objectivos definem um estudo que assume um carácter prospectivo, procurando conhecer antes de agir, ou seja, desvendar potencialidades que favoreçam um modelo de desenvolvimento local que se afigure conforme às ambições e às perspectivas de desenvolvimento sustentável equilibrado, respeitando o território classificado e as populações.

2.2.1. Tipo de pesquisa

A estratégia da entrevista afigura-se a mais adequada a um trabalho que procura captar as dinâmicas que emergem das relações sociais (Flick, 2009). No entanto, em função da natureza do objecto da pesquisa, é necessário definir o tipo e o método de pesquisa a realizar, de modo a que a captura de informação venha a ser aquela que efectivamente procuramos.

Segundo Selltitz et al. (1974) o tipo de pesquisa, em função dos objectivos a alcançar, pode ser classificada como; exploratória, descritiva, ou ainda para verificação de hipóteses de causalidade, esta ainda designada por “explicativa” (Gil, 1999, p.43).

A pesquisa exploratória é “desenvolvida com o objectivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado facto e é realizada especialmente quando o tema é pouco explorado e se torna difícil formular hipóteses causais precisas e operacionalizáveis” (Gil, 1999, p. 43), além de que não foi possível encontrar estudos que relacionem, de forma mensurável (Gil, 1999), o empreendedorismo local e o turismo, no arquipélago de Cabo Verde.

A pesquisa é classificada como descritiva quando o objectivo principal da pesquisa é poder descrever características sociais ou estabelecer relações entre variáveis em estudo.

A pesquisa entra na classificação de explicativa, quando se dedica a identificar os factores que contribuem para a ocorrência de determinado fenómeno, explicando a sua razão (Gil, 1999, p.44).

Perante o descrito e face aos objectivos deste trabalho, estabelecemos que a nossa pesquisa pode ser classificada como enquadrada no tipo exploratório/descritiva.

2.2.2. Método de pesquisa

“Em termos genéricos, a pesquisa qualitativa pode ser associada à recolha e análise de texto (falado e escrito) e à observação directa de comportamentos” (Moreira, 2002, p.17).

A selecção do método de pesquisa deve ser efectuada de acordo com a questão a investigar. Richardson et al. (1999, p.70) definem o método de pesquisa como sendo a “escolha de procedimentos sistemáticos adequados para a descrição e explicação dos fenómenos”.

Assim, considerando a questão proposta para o presente trabalho, iremos definir o método mais adequado, em função dos seguintes argumentos e definições.

Richardson et al. (1999, p. 80) afirmam que “a análise qualitativa tem como objecto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. Para este autor, os estudos qualitativos devem compreender dados difíceis de recolher por outros métodos, ou estudos sobre os quais se dispõe de pouca informação.

Foi ainda encontrada uma referência de Cresswell (1998, p.9), dizendo que “o estudo qualitativo representa um modo legítimo de exploração de ciências sociais e humanas”, acrescentando que, “bons modelos de pesquisa qualitativa, demonstram o rigor, a dificuldade e a natureza demorada desta abordagem”. Esta referência é considerada de grande importância, devido às limitações de tempo de que dispomos.

Com base nas definições aqui referidas, poderemos estabelecer que o método de pesquisa a utilizar será, em primeira análise, o método qualitativo, na medida em que iremos procurar respostas para as questões mencionadas em 4.1.

2.2.3. Técnica de investigação

A entrevista é uma técnica de recolha de dados “em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objectivo de obter dados que lhe interessam para a investigação” (Gil, 1999, p. 117). De acordo ainda com Denzin e Lincoln (2000, p. 645), “entrevistar é um dos mais comuns e poderosos caminhos para entender os seres humanos”.

Selltiz et al.. (1967, p. 273) afirma que a entrevista é uma técnica “bastante adequada para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, acreditam, sentem, esperam ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como sobre as suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

Na literatura (Richardson, 1999; Phillips, 1974; Denzin e Lincoln, 2000; Gil, 1999), encontramos definidos três tipos de entrevistas (estes autores utilizam nomes diferentes para classificar, mas com o mesmo significado):

- Entrevista estruturada: neste tipo de entrevista, o entrevistador pergunta aos entrevistados uma mesma série de perguntas pré-estabelecidas, ficando “preso ao enunciado específico no roteiro da entrevista: ele não é livre de adaptar as suas

perguntas à situação específica, de modificar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas” (Phillips, 1974, p.165);

- Entrevista semi-estruturada: neste tipo de entrevista, o entrevistador faz perguntas pré-estabelecidas que considera principais, mas está livre para ir mais longe, podendo elaborar novas perguntas que tornem as respostas mais completas;
- Entrevista não-estruturada: neste tipo de entrevista, o pesquisador é livre para elaborar a sua entrevista, de acordo com o que considerar mais adequado. “É tipo de entrevista menos estruturado e só se distingue da simples conversação porque tem como objectivo básico a recolha de dados” (Gil, 1999, p.119).

Com base nestas definições, poderemos estabelecer que a técnica de condução da pesquisa a utilizar será o da entrevista semi-estruturada, tendo como vantagens a uniformidade das questões a apresentar (o que possibilita comparar dados de respostas), mas deixa também a possibilidade do entrevistador aprofundar uma questão, ou procurar outras questões.

2.3. Operacionalização do Modelo

A recolha da informação necessária será feita recorrendo a três tipos de instrumentos:

1. Análise documental, de dados estatísticos, estudos académicos, planos estratégicos nacionais e outros documentos públicos, que visem as áreas de turismo e desenvolvimento local, além de outras publicações de interesse que se apresentem disponíveis;
2. Entrevistas semi-estruturadas a interlocutores que possam informar de forma privilegiada. Pretendia-se que estas entrevistas fossem gravadas, não o tendo sido, com o intuito de não causar qualquer tipo de intimidação aos entrevistados;
3. Observação directa de reacções temperamentais, manifestadas pelos interlocutores durante os contactos formais e/ou informais.

Enquanto a análise da informação documental procurará caracterizar o contexto do estudo e captar as tendências evolutivas do fenómeno turístico em Cabo Verde, as entrevistas – método especialmente adequado para analisar o “sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se confrontam” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p.193) – visarão captar percepções subjectivas sobre:

- a conjuntura e as tendências do turismo em Cabo Verde, particularmente da ilha

de Santiago;

- a opinião e a disponibilidade desses actores para modelos mais sustentáveis de turismo;
- as potencialidades e os recursos susceptíveis de serem valorizadas do ponto de vista turístico, pela via do empreendedorismo local;
- os níveis de participação e a capacidade de intervenção das OTS no desenvolvimento sócio-económico do país;
- os potenciais parceiros e a respectiva disponibilidade em colaborar, directa ou indirectamente, em acções que possam promover o empreendedorismo local no sector turístico e as suas avaliações sobre a presença das condições, recursos e competências necessárias para a viabilidade desta iniciativa.

Os guiões para as entrevistas foram elaborados após duas primeiras considerações condicionantes. A primeira foi a de avaliar o tempo disponível para as entrevistas e respectiva análise de conteúdo. A segunda foi a de perceber a que classe de indivíduos se dirigiam.

Como já atrás referido, a procura de respostas qualitativas afigura-se a mais adequada a um trabalho que procura captar as dinâmicas que emergem das relações sociais (Flick, 2009), mas, atendendo a Cresswell (1998, p.9) e para simplificar a análise, foram convertidas de seguida em valores de uma escala quantitativa, graduada de 1 (sem motivação especial) a 5 (muito motivado), utilizando assim um método já ensaiado por vários autores (Muhlefeld et al. 1981).

As amostras foram depois analisadas e comparadas, em termos da frequência verificada em cada uma das classes (categorias), orientadas no sentido crescente da sua tendência em serem um contributo positivo nos vários vectores (variáveis independentes), atrás referidos como percursos de motivação.

Apesar de Hopf (1982: p.64) reclamar tratar-se de uma “transformação implícita de dados qualitativos, em resultados quase quantitativos”, Engel e Wuggenig (1995) também utilizaram este método em vários trabalhos.

Pelo exposto e para resolver a primeira condicionante, o tempo, pareceu-nos inviável proceder através de entrevistas não estruturadas, devendo aqui ser considerado também que, “a pesquisa estruturada e quantitativa orienta respostas e limita a capacidade de as construir” (Christopher Whitworth e Zbigniew Zontek, 2016: p. 9), pelo que, no respeito pela expectativa quanto aos resultados da pesquisa, pareceu-nos de excluir, à partida, as opções de

entrevista não estruturada (pelo tempo que exige) assim como a estruturada e quantitativa (pela sua objectividade limitada).

A segunda condicionante é relacionada com a variedade dos entrevistados. Perante a mesma observação, é sabido que a percepção dos fenómenos sociais não será a mesma, vista de perspectivas diferentes. Assim, partindo das mesmas variáveis independentes, as hipóteses a formular, colocadas a pessoas de diferentes naturezas, teriam de ser diferentes.

Esta pesquisa procura encontrar, nas forças vivas locais, motivações que possam contribuir positivamente para o enraizamento de uma solução de turismo original e sustentável na Cidade Velha. Não indo ser adoptada a solução pela entrevista não estruturada, nem pela estruturada e quantitativa, levou-nos a elaborar os guiões perseguindo temas que, não sendo especificamente a motivação, são questões que para ela concorrem de forma determinada, isto é, para os vários grupos serão apresentadas perguntas que originem respostas onde possam ser detectadas, ou não, afinidades específicas que concorram para a motivação e graduar a sua influência para a mesma.

Para dar corpo às entrevistas seleccionaram-se e contactaram-se personalidades relevantes da Administração Pública (Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação, Direcção Geral do Turismo, Conselho Geral do Turismo, Câmara Municipal da Praia e Câmara Municipal de Cidade Velha), do sector privado (unidades hoteleiras e outras empresas ligadas ao turismo), do terceiro sector, organizações não governamentais e residentes dos vários estratos sociais da Cidade Velha percebidos como “interessantes” para o fim em vista.

As questões que constituem os guiões são organizadas de modo a serem obtidas as informações relevantes, em função das áreas de intervenção dos entrevistados.

Para a recolha de informação propusemo-nos entrevistar:

- No mínimo, três (3) interlocutores da Administração Central (Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do território e Habitação; Direcção-Geral do Turismo; Conselho Geral do Turismo)
- No mínimo, três (3) interlocutores da Administração Local, organizações não governamentais e organizações particulares de solidariedade social (Câmara Municipal de Cidade Velha, ONGs e OTSs);
- No mínimo, nove (9) interlocutores de instituições privadas (empresas de turismo e comércio local);

- No mínimo, trinta (30) interlocutores individuais (habitantes da Cidade Velha e habitantes da cidade da Praia) considerados relevantes na sequência da observação directa.

Os guiões de entrevistas foram elaborados procurando obedecer aos conceitos e às recomendações teóricas de Flick (2009), não excluindo a necessidade de proceder a eventuais reformulações, no caso de não serem atingidos resultados objectivamente úteis para o estudo.

2.4. Cronograma de acções

- 1ª fase - Análise documental, de planos públicos sobre políticas estratégicas para as áreas de turismo e desenvolvimento local, dados estatísticos, estudos académicos e outras publicações disponíveis;
- 2ª fase - Observação directa das vivências e hábitos locais, nomeadamente, as relações interpessoais e a forma como se conduz a recepção aos turistas, na actualidade;
- 3ª fase - Selecção dos entrevistados, calendarização e condução das entrevistas;
- 4ª fase - Tratamento e análise dos dados obtidos –

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
1ª fase								
2ª fase								
3ª fase								
4ª fase								

Cap. 3. Recolha de dados

3.1. Recolha de dados primários (documentação)

A consulta de documentação alusiva ao “estado da arte” no turismo, em Cabo Verde, é indispensável para a construção de um quadro de análise sobre o estado actual e a evolução verificada nos últimos anos, de modo a podermos inferir sobre o seu crescimento, estagnação, ou retrocesso, e, nesse sentido, poderem ser promovidas ideias e estratégias que venham dinamizar a actividade turística, depois de ser reconhecida como muito potenciadora do desenvolvimento económico e social.

De modo a atingir uma percepção correcta sobre a forma como a política caboverdiana observa o potencial turístico do país e as medidas que tem diligenciado no sentido da sua promoção e aproveitamento, servimo-nos de três documentos (Constituição da ADEI-Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação; o DECRPII-Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II; o Plano Estratégico para o Turismo), cujo enquadramento na política geral e cada um, em particular, denunciam os propósitos e as estratégias com que se pretende conseguir os resultados esperados e tão desejados.

Além de documentos que espelham a política nacional para o turismo, foram também feitas consultas a dados estatísticos relevantes no que se refere à evolução do sector turístico em Cabo Verde (INE-CV), nos últimos anos.

Ainda outra fonte de informação utilizada foi o boletim do WTTC (World, Travel & Tourism Council), “Economic Impact 2018 – Cabo Verde”, publicado em Março de 2018, com grande oportunidade.

3.1.1. Constituição da ADEI (31/10/2008)

Este diploma, do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, procura organizar os apoios governamentais ao desenvolvimento do sector privado, constando do seu preâmbulo (p.1), que, *“No seguimento da decisão do governo de redobrar esforços para apoiar o desenvolvimento do sector privado caboverdiano, a ADEI trabalhará com o sector privado na identificação dos constrangimentos e resolução dos problemas, com o objectivo único de facilitar e incrementar o desenvolvimento do sector”*.

Com este documento, foram criadas condições para proporcionar apoio logístico e financeiro a empreendedores nacionais, com projectos que se enquadrem nas estratégias de

desenvolvimento em vigor, permitindo o seu planeamento e programação integrados na mesma estratégia.

O esforço que, de um modo geral, é dedicado ao desenvolvimento de qualquer actividade económica, apresenta constrangimentos que não devem ser contornados, pois poderiam dar origem a futuros problemas estruturais, mais difíceis de superar no futuro, nomeadamente os que se refiram à harmonia e sustentabilidade desse desenvolvimento, sabendo-se que ele vai ser medido, fundamentalmente, através dos impactos (sociais; económicos; ambientais) que provoque.

3.1.2. DECRP-II (Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II)

Este documento foi precedido do DECRP-I (2003), que vigorou no período de 2004/2007, cujos resultados foram bem aceites, na medida em que o investimento proporcionado naquele período, de acordo com o constante do documento, atingiu um valor superior a 12% do PIB caboverdiano, referindo ainda que *“a trajectória positiva prende-se com o papel crescente do sector privado e dos mecanismos de mercado na dinâmica de desenvolvimento, com destaque para o turismo e o investimento directo estrangeiro”*(MFAP, 2003, DECRP-I, p. 9).

O DECRP-II (MFAP, 2008: pp. 14,15) aposta na competitividade para imprimir dinâmica ao processo de desenvolvimento, na medida em que *“atravessa todos os sectores, desde o primário ao terciário, com especial ênfase para este último como sector gerador de serviços e de emprego, em especial o turismo, onde se destaca o papel do sector privado na dinamização da economia”* e no quadro da política económica, assume que *“terá em consideração outras importantes constatações da dinâmica do desenvolvimento sectorial e a sua relação com a geração do emprego. Neste particular são de realçar medidas visando (i) desenvolver a competitividade do turismo, (ii) melhorar a qualidade da oferta de alojamentos, (iii) introduzir eficiência e qualidade de infra-estruturas de fornecimento de água, energia, saneamento, rodoviárias e aeroportuárias, (iv) diversificar os produtos turísticos, (v) apoiar o investimento privado nacional no turismo, (vi) melhorar a eficiência da promoção turística, (vii) internacionalização de serviços e sua competitividade”*.

Tratando-se de um documento que se dedica a definições estratégicas, ele aborda a visão sobre diversos sectores que possam juntar sinergias positivas ao processo de desenvolvimento. Entre eles surge a cultura, indicando que *“os desafios do sector assentam-se*

no seguinte: (i) promoção de uma política cultural na perspectiva do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade; (ii) recentragem da cultura na projecção de Cabo Verde; (iii) qualificação e promoção dos produtos culturais; (iv) valorização e promoção do património histórico-cultural. Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento sustentado da indústria do turismo e à redução da pobreza” (DECRP-II, 2008, p. 89).

Atendendo a que “uma das âncoras do desenvolvimento do país é o turismo, e para que se desenvolva uma política cultural que confira ao turismo a autenticidade requerida, propõe-se que a legislação sobre o turismo tenha sempre em conta os aspectos culturais; que as infra-estruturas turísticas, na sua concepção, tenham em conta a cultura, podendo ser, por isso, sujeito de incentivos; que o consumo cultural do turismo tenha em boa conta o mercado local da cultura; que se defina uma percentagem do retorno turístico para investimentos na cultura; e que os operadores turísticos e económicos que investirem na cultura possam beneficiar de incentivos fiscais” (DECRP-II, 2008, p. 92).

Na sequência da leitura pode ainda observar-se o reforço constante na afirmação do turismo como sector dinâmico e impulsionador de outros sectores, reconhecendo vantagem na melhoria da sua especialização (... Numa perspectiva sectorial, o sector dos serviços continua a afirmar-se como um importante sector da economia cabo-verdiana, destacando-se o turismo, num contexto de necessidade de melhoria do padrão de especialização da economia e duma maior diversificação da estrutura produtiva, com vista a conferir-lhe maior solidez) (DECRP-II, 2008, p. 94).

Dirigindo-se ainda ao turismo, preconiza desenvolver a competitividade do sector turístico, afirmando que “O turismo continuará sendo o motor principal da economia. Serão identificadas e implementadas políticas acertadas que respondam com melhor eficácia aos problemas e dêem resposta aos novos desafios impostos pela modificação na situação do Mercado” e a diversificação da oferta, que reconhece ter que ir além dos produtos sol e praia (“Importa pois promover uma política de diversificação assente nesses dois produtos, turismo rural e turismo cultural, em combinação ou desassociados dos produtos principais sol e praia”) (DECRP-II, 2008, p. 97).

Na abordagem dedicada à diversificação dos produtos turísticos, foi encontrada uma referência muito animadora, pelo enquadramento dado aos elementos que são o próprio objecto deste trabalho, isto é, o envolvimento das matrizes que consideramos representativas do desenvolvimento que pretendemos sustentável, em que se refere que “As políticas de

promoção desses dois produtos de diversificação (turismo rural e turismo cultural), de forte impacto na economia local, devem ser prosseguidas em coordenação com as autarquias locais e associações cívicas representativas e com o organismo central que se ocupa do ambiente, que devem ser enquadradas também no âmbito de programas de criação de emprego no meio rural e fomento do empreendedorismo jovem” (DECRP-II, 2008, p. 98).

O DECRP-II (Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II) veio revelar a firme determinação do governo de Cabo Verde em dinamizar a actividade turística em torno do que é genuíno e articulado com o desenvolvimento sustentável.

Este apadrinhamento e encorajamento levarão decerto à criação de atractividades turísticas mais enraizadas nas regiões, na população e no que é tradicional, produzirão certamente dinâmicas de empreendedorismo ao nível dos extractos sociais mais jovens e detentores de níveis de formação mais específica, apostando na qualidade, em benefício da cadeia de valor do produto turístico, pela mão de agentes promocionais de natureza primária, isto é, dos próprios promovidos, criando sustentabilidade no sector.

3.1.3. Plano Estratégico para o turismo (2010/13)

O crescimento do sector turístico em Cabo Verde, assumido pelo Governo como o principal motor de desenvolvimento do país, pelo seu impacto em termos de geração de emprego, de rendimento e de desenvolvimento geral, exige um esforço de planeamento de curto e médio prazo, de forma a maximizar os efeitos benéficos do turismo e mitigar, ou reduzir, os potenciais impactos negativos que resultam de soluções isoladas e de improviso.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (PEDT, 2009: p.130), “*vem constituir, assim, um instrumento de extrema importância na articulação dos anseios, da visão, dos objectivos e dos princípios de desenvolvimento do sector, passando a funcionar como uma plataforma alargada para orientar a actuação de todos os que intervêm directa ou indirectamente na indústria do turismo, num contexto marcado pela incerteza e imprevisibilidade*”.

Preconiza, entre outros, o aumento significativo da competitividade internacional do turismo cabo-verdiano e a promoção do desenvolvimento de empreendimentos turísticos integrados e de superior qualidade. Em suma, pretende o Governo que o turismo em Cabo Verde seja (PEDT, 2009, p.3):

- *Um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;*

- *Um turismo que maximize os efeitos multiplicadores, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;*
- *Um turismo que aumente o nível de competitividade de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;*
- *Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como destino diversificado e de qualidade”.*

Com este Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, “o Governo considera que está dado um importante passo rumo a uma maior potencialização do sector do turismo enquanto um dos principais motores de crescimento económico de Cabo Verde e de melhoria das condições de vida da população.

Resultado de um amplo envolvimento de entidades, indivíduos e representantes da sociedade civil, que directa ou indirectamente intervêm na actividade turística, o PEDT procura reflectir a visão, as aspirações e os princípios norteadores, não apenas do Governo e da população em geral, mas sobretudo do percurso desejado para o turismo. Consequentemente, a responsabilidade para a materialização desta visão deve ser igualmente tarefa de todos - e não apenas do Governo -, porque só assim se poderá alcançar, efectivamente, um nível de turismo competitivo e que contribua para o desenvolvimento sustentável e equilibrado de Cabo Verde” (PEDT, 2009, p.132).

Também, na perspectiva do autor, Cabo Verde beneficiará do turismo de forma indelével se conquistar confiança e adquirir audácia que lhe confira um estatuto de promotor de marcas turísticas individuais, associadas no contexto do arquipélago, promovendo o potencial de especificidade residente em cada uma das suas ilhas e dentro delas, das suas regiões mais carismáticas, onde se insere a Cidade Velha.

O turismo enriquece as regiões se nelas forem reinvestidos os seus proveitos, aumentando o seu valor acrescentado de forma sustentável e tornando-o mais competitivo.

3.1.4. Dados Estatísticos

Consultando os dados do INE-CV (Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde), apresentados na tabela seguinte (Tabela 1), verificamos que os anos compreendidos entre 2012 e 2016, mostram o crescimento de indicadores relevantes para este estudo (nº de camas; pessoal).

Tabela 1: Movimento de camas e pessoal

Cabo Verde	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de camas	14 999	15 995	18 188	18 055	18 382
Pessoal	5 385	5 755	6 282	6 426	7 742
%ocupação	57,0	56,0	53,0	49,0	55,0
Pessoal/cama	0,36	0,36	0,35	0,36	0,42
INE_Santiago					
Nº de camas	1 515	1 640	1 661	1 675	1 864
Pessoal	705	712	755	818	819
%ocupação	26	25	23	21,0	20,0
Pessoal/cama	0,47	0,43	0,45	0,49	0,44

Fonte: INE (2017)

A análise destes dados permite verificar que:

- o número de camas tem crescido além da procura, pelo facto de crescer mais do que a taxa de ocupação;
- os recursos disponíveis, em equipamentos, estão sobredimensionados face à procura;
- a ilha de Santiago dispõe de maior número de recursos humanos (pessoal/cama) que a média de Cabo Verde, além de se esperar que a sua qualificação seja melhor, dada a proximidade com os centros de formação, na capital do país.

Tabela 2: Evolução da procura turística em Cabo Verde

Cabo Verde	2012	2013	2014	2015	2016
Entradas	533877	552144	539621	569387	644429
% crescimento		3,42	-2,27	5,52	13,18

Fonte: INE (2017)

Confrontando estes valores com o aumento da procura, constantes da Tabela 2, vemos reforçada a análise anterior, na medida em que o indicador de aumento da procura também não se mostra equivalente ao aumento da taxa de ocupação ou do crescimento dos postos de trabalho, carecendo de uma análise mais aprofundada sobre a distribuição dos visitantes, a sua tipologia e o tipo de alojamentos utilizados, que podem não estar a ser inventariados pelas fontes de dados sujeitas a tratamento estatístico.

Tratando-se de um estudo destinado a verificar condições de desenvolvimento económico e social, torna-se indispensável a consulta dos elementos estatísticos relacionados, apresentados nas tabelas seguintes (Tabela 3; Tabela 4; Tabela 5; Tabela 6), tais como:

- a demografia;
- o emprego;
- o nível de formação da população;
- a estrutura contributiva do PIB (Produto Interno Bruto)

Tabela 3: Idade média da população, por concelho (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	27,2	27,5	27,7	28,0	28,3
Ribeira Grande	31,3	31,7	32,1	32,4	32,9
Paul	30,0	30,4	30,8	31,3	31,7
Porto Novo	28,9	29,3	29,6	29,9	30,3
S. Vicente	29,4	29,7	30,0	30,3	30,6
Ribeira Brava	31,4	31,7	32,0	32,3	32,6
Tarrafal S. Nicolau	28,7	29,0	29,3	29,6	29,9
Sal	25,7	25,9	26,2	26,4	26,7
Boa Vista	28,0	28,0	28,0	28,1	28,2
Maio	29,2	29,6	30,1	30,5	30,9
Tarrafal	26,5	26,9	27,3	27,7	28,0
Santa Catarina	26,3	26,6	26,9	27,2	27,5
Santa Cruz	24,8	25,2	25,6	25,9	26,2
Praia	25,9	26,2	26,5	26,8	27,1
S. Domingos	25,9	26,2	26,4	26,7	27,0
S. Miguel	26,7	27,1	27,5	27,9	28,3
S. Salvador do Mundo	26,7	27,0	27,2	27,5	27,7
S. Lourenço dos Órgãos	28,1	28,4	28,7	29,0	29,2
Ribeira Grande Santiago	25,9	26,2	26,6	26,9	27,3
Mosteiros	26,9	27,2	27,4	27,6	27,8
S. Filipe	27,4	27,8	28,1	28,4	28,7
Santa Catarina do Fogo	25,7	25,9	26,0	26,1	26,3
Brava	28,3	28,6	29,0	29,3	29,7

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

Verifica-se que, em Cabo Verde, a idade média da população é inferior a 30 anos, o que é indicador de população activa.

Tabela 4: Estrutura do emprego, por sector (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Primário	25,5	23,0	16,7	19,8	20,4
Secundário	17,3	16,6	17,8	17,6	18,5
Terciário	57,2	60,4	65,5	62,6	61,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego passou de 16,8%, em 2012, para 15,0%, em 2016, diminuindo 1,8%. Numa nota do INE-CV, é referido que, “no que se refere ao desemprego juvenil (15-24 anos), esta taxa continua a crescer, tendo passado de 28,6%, em 2015, para 41,0%.

Esta informação é relevante, indiciando que qualquer estratégia de desenvolvimento pode contar com a disponibilidade de efectivos, mas talvez carecendo de formação adequada.

Observando a tabela 5, o INE-CV refere que “Entre 2011 e 2016, no que diz respeito à formação por nível de qualificação, predominou a formação de nível 3, com 146 acções, seguido do nível 2, com 101 acções. No geral, aproximadamente 48% das formações ministradas não conferem nenhum nível de formação ou qualificação (S/N – Sem Nível)”.

Tabela 5: Acções de formação profissional, por nível

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
N1	19	23	12	6	6	6
N2	20	16	17	18	14	16
N3	35	25	21	17	27	21
N4	8	14	12	13	19	14
N5	0	4	0	0	0	0
S/N	50	35	45	54	96	88

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Pode ainda observar-se a diminuta actividade em formação, face à quantidade de desempregados.

Quanto à estrutura do PIB, Cabo Verde, sendo um país predominantemente rural, o seu sector primário é o que menos contribui para o PIB, dominado pela sector terciário.

Tabela 6: Estrutura do PIB em Cabo Verde

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Setor Primário	8,8	8,7	8,5	9,1	8,8
Setor Secundário	16,6	17,1	18,3	17,8	17,1
Setor Terciário	62,2	61,8	61,2	60,5	61,0
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	12,4	12,4	12,0	12,6	13,1
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

P – provisórios

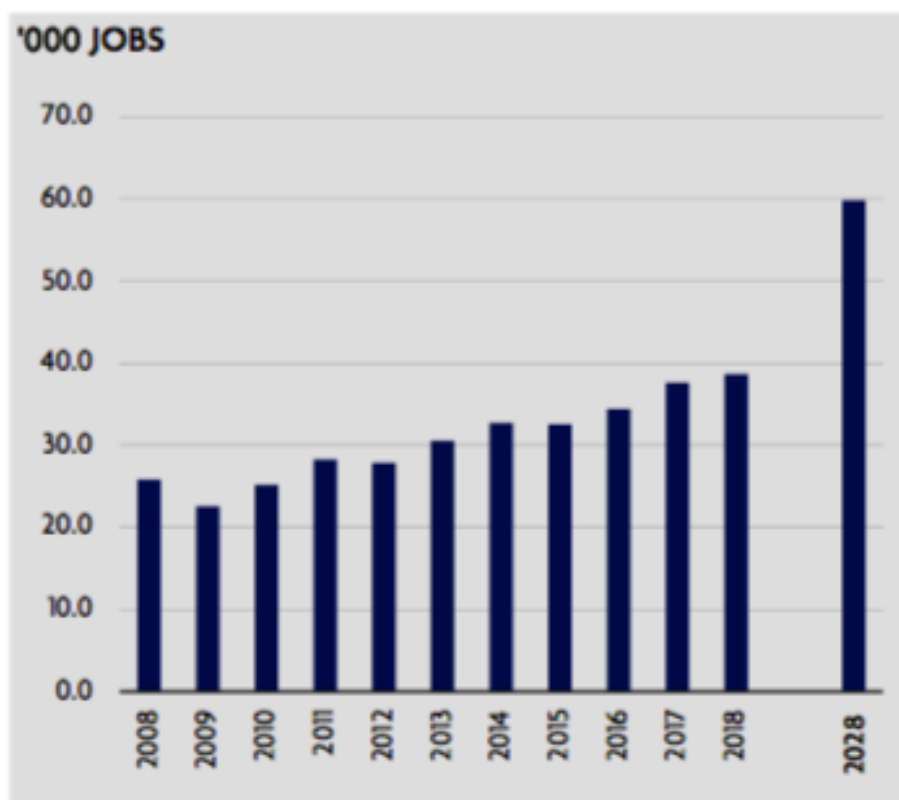
Fonte: INE, Contas nacionais

3.1.5. Impacto económico do turismo em Cabo Verde

O WTTC, no seu documento sobre o impacto económico das Viagens e Turismo em Cabo Verde (March 2018 – Cabo Verde), reportando a “Contribuição de Viagens e Turismo para o emprego”, anuncia que a actividade “gerou 37.500 empregos directamente em 2017 (15,8% do emprego total), prevendo-se que cresça 2,8% em 2018 para 38.500 (15,8% do

emprego total), incluindo o emprego em hotéis, restauração e lazer, agências de viagens, companhias aéreas e outros serviços de transporte de passageiros (excluindo serviços de transporte público)”, acrescentando ainda previsões de crescimento, que “Até 2028, as Viagens & Turismo serão responsáveis, directamente, por 60.000 empregos, um aumento de 4,5% ao ano nos próximos dez anos”.

Tabela 7: Contribuição do movimento turístico para o emprego



Fonte: WTTC (2018)

Ainda no mesmo documento, na análise feita às exportações da responsabilidade dos visitantes, refere que elas “são um componente essencial da contribuição directa do sector de Viagens e Turismo. Em 2017, Cabo Verde gerou CVE44.7bn (€447M) em exportações de visitantes. Em 2018, espera-se um crescimento de 2,6%, e espera-se que o país atraia 634.000 chegadas de turistas internacionais. Até 2028, as chegadas de turistas internacionais deverão totalizar 801.000, gerando despesas de CVE78,5 biliões (€785M), um aumento de 5,5% ao ano.”

A evolução desta rubrica é exibida na tabela 8:

Tabela 8: Contribuição do turismo para as exportações



Fonte: WTTC (2018)

A presidente do WTTC e CEO do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, Gloria Guevara Manzo (2018, p.1), refere que “*O crescimento inclusivo e a garantia de um futuro com empregos de qualidade, são as preocupações dos governos em todos os lugares. Travel & Tourism, que já suporta um em cada dez empregos no planeta, é um motor dinâmico de oportunidades de emprego*”.

Esta delacção, sustentada por outras anteriores, equivalentes, relevam a importância que o sector detém na actualidade, enquadrado na dinâmica das actividades económicas mundiais.

3.2. Recolha de dados secundários (Entrevistas)

Revestiu-se de particular cuidado o agendamento das entrevistas. O facto de terem de ser realizadas em Cabo Verde, obrigava a que estivessem garantidas as condições para que pudessem ocorrer sem se verificarem impedimentos, por parte dos entrevistados, pois isso poderia resultar na impossibilidade de as realizar.

No segundo semestre de 2017, foram iniciadas diligências, nomeadamente, junto da

Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, no sentido de facilitar os contactos com os elementos do primeiro grupo (Administração Central), que vieram a tornar-se infrutíferos.

Em sequência, perante a possibilidade de ocorrerem maiores dificuldades, foram iniciados esforços para que, por intermédio de conhecimentos com cidadãos caboverdianos residentes em Lisboa e que eventualmente mantivessem contactos privilegiados com as entidades a entrevistar, para que pudessem, por essa via, ficar asseguradas as suas disponibilidades, o que, após aparentes facilidades iniciais, vieram também a revelar-se infrutíferos.

Com viagens marcadas para Cabo Verde, a situação estava a encaminhar-se para que ocorresse aquilo que, com bastante antecedência, tínhamos procurado acautelar, não sendo assim de desprezar a hipótese de considerar a inviabilidade de completar o programa de entrevistas.

A determinação e a língua portuguesa foram, no entanto, decisivas para que todo o trabalho tivesse sido, não só, realizado em tempo, mas também sem ter sido perdido o valor dos encargos já dispendidos.

3.2.1. Organização dos dados recolhidos

As entrevistas foram realizadas em ambiente informal e sem marcação prévia, portanto, sem qualquer preparação, permitindo respostas espontâneas e descomprometidas.

A disponibilidade e interesse em participar, manifestados por parte dos inquiridos, foi uma surpresa agradável, tendo até sido encontrados casos em que se notou alguma proactividade dos entrevistados, na sugestão de soluções dirigidas às questões em apreço.

Os guiões foram elaborados de modo a proporcionarem respostas qualitativas. Esta estratégia afigura-se a mais adequada a um trabalho que procura captar as dinâmicas que emergem das relações sociais (Flick, 2009), mas que o autor convertia em valores de uma escala quantitativa (graduada de 1 a 5), no sentido crescente da sua identificação com sinais de motivação, aqui representados pelos vectores de análise, utilizando assim um método já ensaiado no passado por vários autores (por exemplo, Muhlefeld et al. 1981).

Tratando-se este caso de uma análise de tendências e não de especificidades, a possível introdução de alguma distorção devida à subjectividade da conversão, ela não distorce a tendência, que é o objecto em análise. Esta conversão permitiu ainda agrupar respostas do mesmo domínio, mas dirigidas de forma diferente aos quatro grupos de inquiridos, tornando mais fácil, mas não menos objectiva, a sua interpretação conjunta.

Deve ser referido que, nos ‘Quadros resumo dos dados recolhidos das fichas individuais das entrevistas’ aos quatro grupos de inquiridos, as colunas correspondentes à escala de conversão, estão numeradas na primeira linha, de 1 a 5, representando as cinco classes de graduação dos valores das correspondências atribuídas às respostas obtidas nas entrevistas.

De igual modo se refere que, nos gráficos representativos da graduação das respostas obtidas, em classes, o eixo das abcissas contém as classes (5) e o eixo das ordenadas suporta os valores das frequências acumuladas verificadas em cada classe.

As amostras foram depois analisadas e comparadas, em termos da frequência verificada em cada uma das classes (categorias), orientadas no sentido crescente da sua tendência para o contributo positivo nos vectores atrás referidos como fornecedores de motivação.

Apesar de Hopf (1982: p.64) reclamar tratar-se de uma “transformação implícita de dados qualitativos, em resultados quase quantitativos”, também Engel e Wuggenig (1995) utilizaram este processo em vários trabalhos.

3.2.2. Entrevistas

Após diligências efectuadas no sentido de seleccionar entrevistados, programar e conduzir as entrevistas preconizadas, foram preparados os meios logísticos necessários, ficando estes trabalhos concluídos dentro do prazo esperado, portanto, sem grandes impedimentos.

Foram assim realizadas 45 entrevista, obedecendo aos guiões propostos.

3.2.2.1. Membros da administração central

Tratando-se de um grupo de entrevistados que se encontra bem relacionado com todas as questões alusivas ao tema do turismo e das políticas públicas em geral, o guião referente a este grupo de entrevistas, envolveu questões no âmbito dos contextos microambiental (impactos do turismo; capital humano; capital social; capital financeiro) e macroambiental (situação socio-económica; turismo predominante; sustentabilidade; conjuntura actual), social e politicamente mais universais.

Os entrevistados revelaram tendência para considerar que:

a) Impactos do turismo:

- existem condições para o sucesso do desenvolvimento turístico, sendo a

segurança o principal obstáculo referido;

- podem ser encontrados efeitos benéficos que podem ser atribuídos ao turismo, temendo-se os efeitos de uma eventual invasão turística;
- não existe preocupação quanto às relações funcionais entre instituições e agentes do sector, que reagem adequadamente às necessidades.

b) Capital humano:

- há preocupação com a qualidade da formação que está a ser ministrada, nomeadamente, na área de línguas estrangeiras;
- os empreendedores nacionais não estão particularmente sensibilizados para o turismo.

c) Capital social:

- reconhecem o potencial do empreendedorismo local dirigido ao turismo como um instrumento valioso na criação de emprego e no desenvolvimento social, com todas as condições para ter sucesso;
- não tem sido revelado interesse empreendedor dos locais para a actividade turística, salvo na hotelaria.

d) Capital financeiro:

- existe disponibilidade para apoiar iniciativas de investimento, nacional e estrangeiro, através da Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI), que visa a promoção da competitividade e o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas;
- sempre é disponibilizado apoio logístico.

e) Caracterização sócio-económica:

- os resultados já alcançados são animadores, verificando-se, no entanto, pouca procura por parte de investidores nacionais;
- a legislação procura adaptar-se ao interesse existente;
- existe pouca dinâmica nas áreas do turismo.

f) Variedade de turismo predominante:

- os produtos e serviços locais satisfazem a procura turística;
- o sistema de “tudo incluído” não é o mais desejável, na medida em que concentra a economia em entidades estrangeiras;
- há todo o interesse em aumentar e diversificar a oferta de produtos turísticos, por parte de empreendedores nacionais.

g) Sustentabilidade:

- a definição de estratégias dependerá da dinâmica da procura e dos interesses;
- os benefícios distribuídos não têm motivado o empreendedorismo local.

h) Conjuntura actual:

- existe um potencial de recursos e oportunidades que podem ser valorizados turisticamente.

O pequeno número de inquiridos não penaliza a validade do resultado para este grupo de entrevistados, na medida em que as posições oficiais das tendências políticas dos órgãos da administração pública são bem conhecidos e constam dos documentos referenciados mais adiante, na recolha secundária de dados.

No Quadro 1, é apresentado o resultado da leitura e interpretação dos dados recolhidos e averbados nas respectivas fichas individuais deste grupo de inquiridos.

Quadro 1: Resumo dos dados recolhidos das fichas individuais das entrevistas realizadas a indivíduos enquadrados no Grupo 1 (Administração central)

Anexo 1:Tot	Questão	1	2	3	4	5	Observações
Impactos do turismo	1	0	0	0	3	0	Segurança
	2	0	0	1	2	0	desenvolv. Economico; invasão turística; acautelar negativos
	3	0	0	0	3	0	
Capital humano	1	0	1	1	1	0	
	2	0	1	1	1	0	
Capital social	1	0	0	1	2	0	
	2	0	1	1	1	0	
	3	0	0	0	3	0	
	3.1.	0	0	0	3	0	
Capital financeiro	1	0	0	0	1	2	ADEI; igual para todos
	2	0	0	0	1	2	ADEI
	2.1.	0	0	0	3	0	
Caracterização socio-económica	1	0	0	0	3	0	
	2	0	0	0	3	0	
	3	0	0	1	2	0	
Turismo predominante	1	0	0	1	2	0	Não
	2	0	0	2	1	0	
	3	0	0	0	3	0	
Sustentabilidade	1	0	1	2	0	0	
	2	0	0	3	0	0	
	2.1.	0	0	3	0	0	Formação
Conjuntura actual	1	0	0	0	3	0	
	1.1.	0	0	0	3	0	

Fonte: O autor

Baseados neste quadro, podemos configurar o agrupamento dos dados recolhidos, por classe de tendência dos vectores representativos das variáveis independentes, resultando deste agrupamento, o seguinte, realçando as respectivas frequências e o valor calculado para a sua mediana, que, de acordo com a definição, corresponde ao valor, para o qual, o número de ocorrências verificadas antes dele, são iguais ao número de ocorrências verificadas

posteriormente, de acordo com:

$$1/2 \sum_{i=1}^8 f_i = (\text{no domínio da classe mediana})$$

A Tabela 9 é a representação analítica das frequências dos vectores propostos e estudados, referentes ao Grupo1 dos entrevistados.

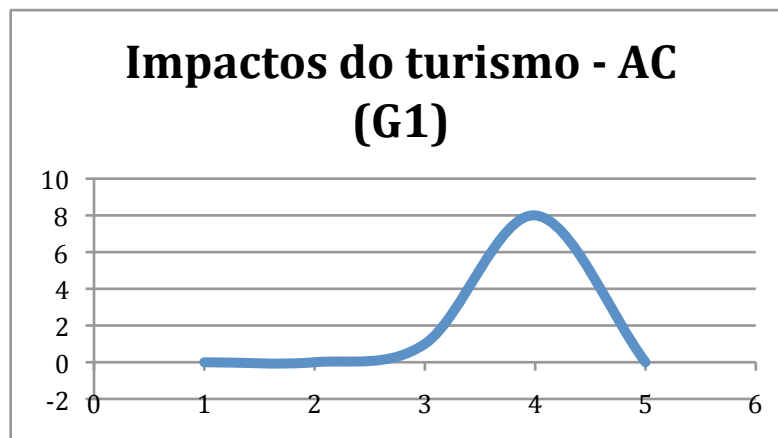
Tabela 9: Tendências acumuladas e Mediana (Grupo 1)

G1/níveis	1	2	3	4	5	Soma, (vector)	Mediana
Impactos do turismo	0	0	1	8	0	9	4
Capital humano	0	2	2	2	0	6	3
Capital social	0	1	2	9	0	12	4
Capital financeiro	0	0	0	5	4	9	4
Caracterização s/econom.	0	0	1	8	0	9	4
Turismo predominante	0	0	3	6	0	9	4
Sustentabilidade	0	1	8	0	0	9	3
Conjuntura actual	0	0	0	6	0	6	4
(frequência acumulada)	0	4	17	44	4	69	4

Fonte: O autor

São de seguida representadas graficamente as frequências dos vectores propostos e estudados, referentes ao Grupo1 dos entrevistados, permitindo uma melhor percepção dos resultados obtidos, que, para os diferentes vectores indica o nível 4, exceptuando o vector “Sustentabilidade”, onde se concentrou no nível 3.

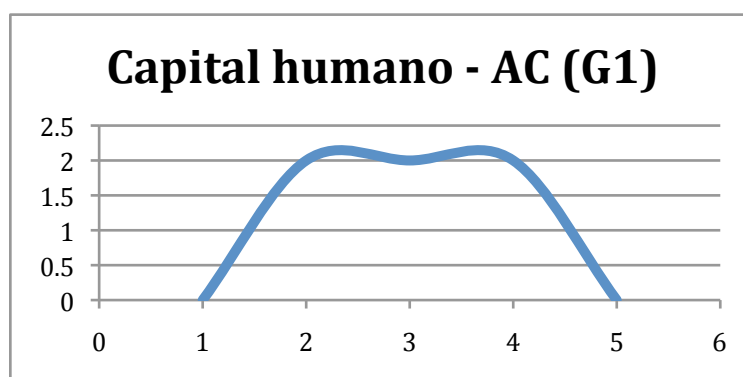
Gráfico 1.1. Frequência das ocorrências no vector “Impactos do turismo”, por nível de influência.



X: níveis

Y: ocorrências

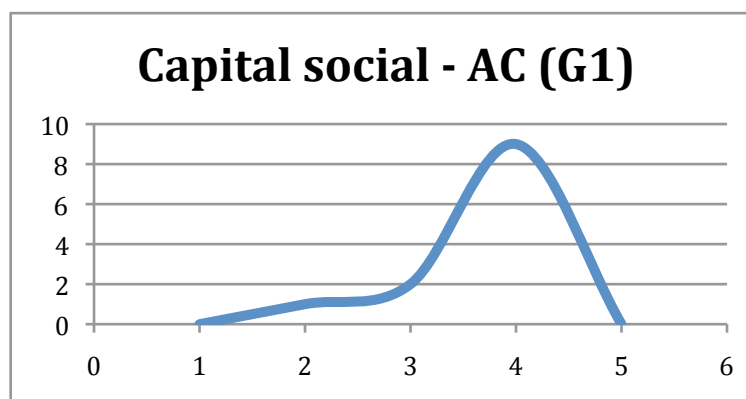
Gráfico 1.2. Frequência das ocorrências no vector “Capital humano”, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

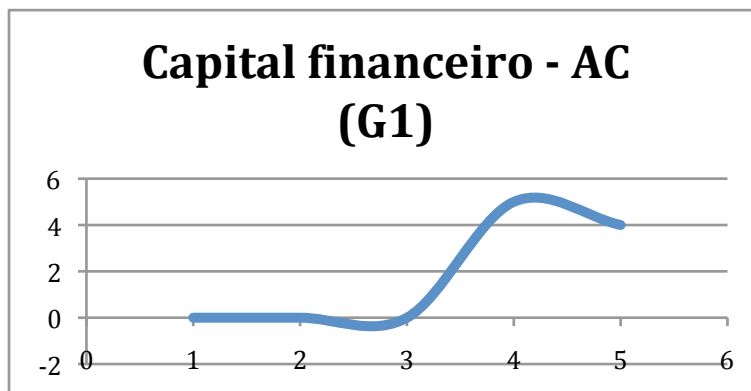
Gráfico 1.3. Frequência das ocorrências no vector “Capital social”, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

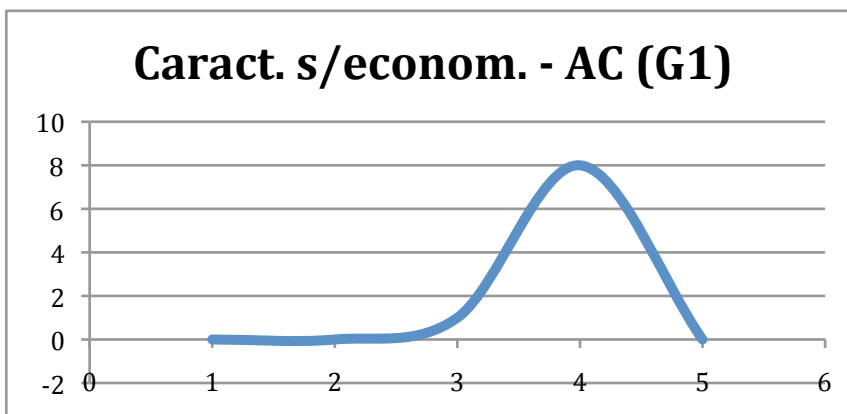
Gráfico 1.4. Frequência das ocorrências no vector “Capital financeiro”, por nível de influência.



X: níveis

Y: ocorrências

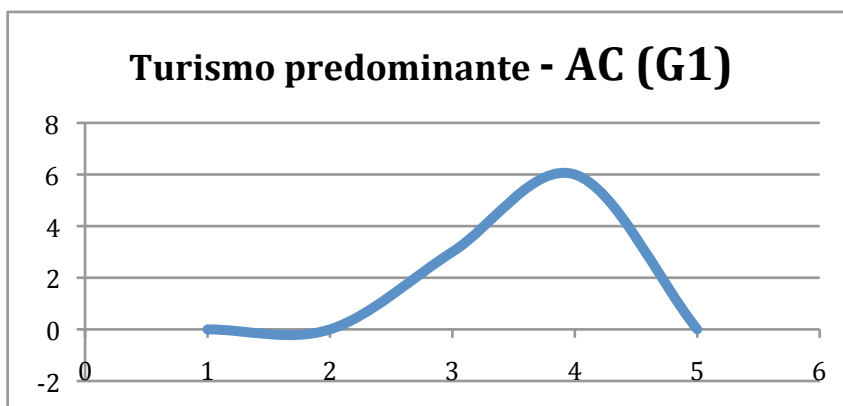
Gráfico 1.5. Frequência das ocorrências no vector “Caracterização sócio-económica”, por nível de influência.



X: níveis

Y: ocorrências

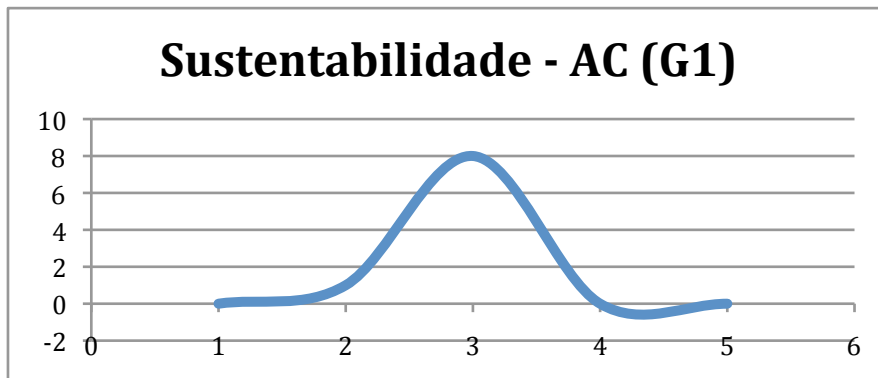
Gráfico 1.6. Frequência de ocorrências no vector “Turismo predominante”, por nível de influência.



X: níveis

Y: ocorrências

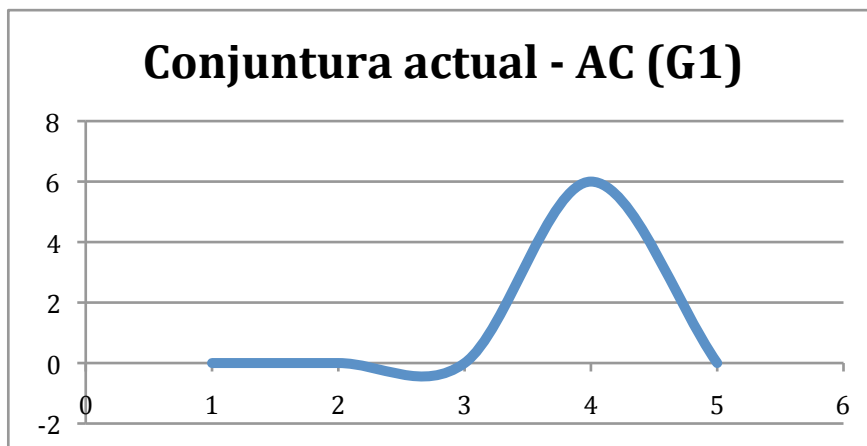
Gráfico 1.7. Frequência das ocorrências no vector “Sustentabilidade”, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

Gráfico 1.8. Frequência das ocorrências no vector “Conjuntura actual”, por nível de influência.

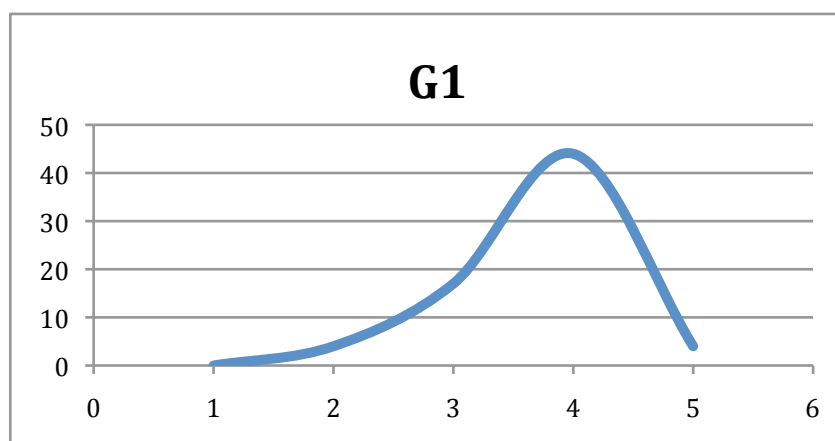


X: níveis

Y: ocorrências

Sobrepondo analiticamente as frequências acumuladas de todos os vectores, resulta, para perfil do conjunto de entrevistas realizadas a indivíduos pertencentes ao grupo 1 (Administração central), o seguinte gráfico (1.9.), representativo das tendências acumuladas dos vários vectores, evidenciando o valor (4) da sua tendência global.

Gráfico 1.9. Tendência vectorial acumulada, por nível de influência.



X: níveis

Y: ocorrências

Numa análise descritiva do resultado das entrevistas a membros da administração central pode dizer-se que, apesar de vinculados ao preceituado nos documentos estratégicos que definem os princípios orientadores da actuação do governo ao nível do turismo, mostram que, como cidadãos, são conhecedores dos problemas e pode acrescentar-se que:

- demonstram sintonia com os princípios norteadores das acções a desenvolver, além de se mostrarem preocupados com a sua operacionalização, procurando evitar o aparecimento de fenómenos sociais indesejáveis que acompanham o crescimento do turismo e garantindo boas relações entre agentes e actores;
- com vista a promover um turismo com crescente qualidade, há preocupação com o nível de exigência na formação a ministrar;
- reconhecem que existe falta de motivação empreendedora ao nível da população, a quem é fornecido todo o apoio logístico necessário, atribuindo-o, em parte, à falta de apoio financeiro, muito burocratizado e difícil de obter;
- a legislação tem acompanhado, na medida do necessário, as necessidades de desenvolvimento do sector, mas mais dirigido à diversificação da oferta, não querendo resignar-se com o sistema dominante do “Tudo incluído”;
- confiam que os interesses empreendedores locais, descobrindo e valorizando os recursos existentes, sejam a garantia de crescimento com sustentabilidade.

3.2.2.2. Entrevistas a membros da Administração Local

Tratando-se de um grupo de entrevistados que se encontra bem relacionado com todas as questões alusivas ao tema do turismo, nos seus aspectos inclusivos, e nas políticas

públicas gerais e de proximidade, o guião referente a este grupo de entrevistas envolveu questões no âmbito dos contextos microambiental, de relação próxima com o tema e macroambiental, num âmbito social e politicamente regional.

Os entrevistados revelaram tendência para considerar que:

a) Impactos do turismo:

- favorável para o desenvolvimento geral, mas ameaçado pelos aspectos negativos associados (sexo, drogas, etc.);
- entusiasmo expectante.

b) Capital humano:

- existe formação, que devia ser melhorada nos domínios da restauração e línguas estrangeiras;
- o empreendedorismo local é mais visível na restauração, de âmbito familiar.

c) Capital social:

- o turismo pode constituir solução para problemas da produtividade e de melhor emprego.

d) Capital financeiro:

- os incentivos têm origem na UE, Banco Mundial e Cooperação estrangeira e são iguais para todos;
- não estão previstas alterações aos modelos existentes, que serão continuados;
- os apoios a conceder não são em capital, mas sim em serviços (formação, logística, etc.).

e) Caracterização sócio-económica:

- a legislação não condiciona as iniciativas.

f) Variedade de turismo predominante:

- o “tudo incluído” não promove o desenvolvimento social, que fica fora da cadeia de valor.

g) Sustentabilidade:

- a população acaba por beneficiar com o crescimento do turismo;
- o interesse tem sido o desenvolvimento;
- apesar do desenvolvimento associado ao turismo, a população não está envolvida no planeamento, nem na acção.

h) Conjuntura actual:

- os produtos locais se destinam fundamentalmente à restauração e a “tours” turísticos, com condições para o crescimento;
- talvez se justifique melhor planeamento;
- o desenvolvimento planeado e a genuinidade da oferta podem ser factores de sucesso para o progresso da sociedade.

No Quadro 2 é apresentado o resultado da leitura e interpretação conjuntas das respectivas fichas individuais.

Quadro 2: Resumo dos dados recolhidos das fichas individuais das entrevistas realizadas a indivíduos enquadrados no Grupo 2 (Administração local)

Anexo 2:Tot	Questão	1	2	3	4	5	Observações
Impactos do turismo	1	0	0	0	3	0	Desenvolvimento; ameaças (sexo)
	2	0	0	0	2	1	
Capital humano	1	0	0	1	1	1	Restauração. Línguas estrangeiras
	2	0	0	0	3	0	
Capital social	1	0	0	0	2	1	
Capital financeiro	1	0	1	1	1	0	
	2	0	0	0	2	1	UE; Banco mundial; cooperação europeia
	3	0	0	0	1	2	
	3.1.	0	0	1	1	1	Função de contexto e competência. Formação. Logística
Caracterização	1	0	0	2	1	0	
Turismo domin.	1	1	2	0	0	0	É mau. Não interessa
Sustentabilidade	1	0	1	0	2	0	
	2	0	0	2	1	0	
	3	0	0	3	0	0	Não é.
Conjuntura actual	1	0	0	0	3	0	Restauração, tours; +/-
	2	0	0	1	2	0	Há condições para crescer
	3	0	0	0	1	2	
	4	0	0	1	2	0	Genuinidade; planeamento

Fonte: O autor

Com base neste quadro, podemos configurar o agrupamento dos dados recolhidos, por classe de tendência dos vectores representativos das variáveis independentes, resultando deste agrupamento, o seguinte, realçando as respectivas frequências e o valor calculado para a sua mediana, que, de acordo com a definição, corresponde ao valor, para o qual, o número de ocorrências verificadas antes dele, são iguais ao número de ocorrências verificadas posteriormente, de acordo com:

$$1/2 \sum_{i=1}^8 f_i = (\text{no domínio da classe mediana})$$

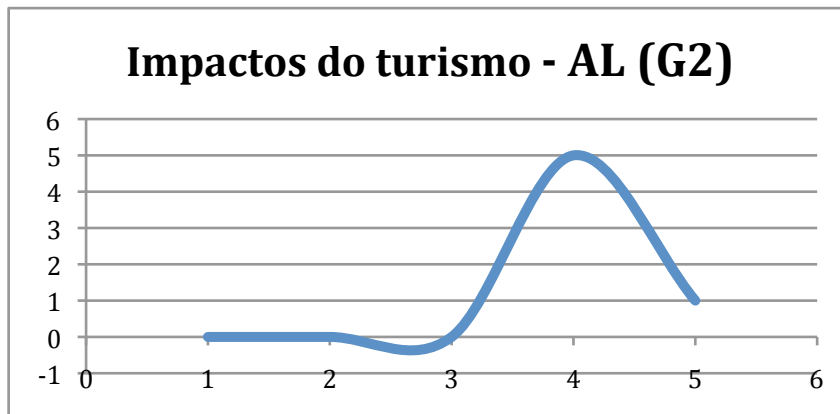
A Tabela 10 é a representação analítica das frequências dos vectores propostos e estudados, referentes ao Grupo1 dos entrevistados.

Tabela 10: Tendências acumuladas e Mediana (Grupo 2)

G2/níveis	1	2	3	4	5	Soma, (vector)	Mediana
Impactos do turismo	0	0	0	5	1	6	4
Capital humano	0	0	1	4	1	6	4
Capital social	0	0	0	2	1	3	4
Capital financeiro	0	1	2	5	4	12	4
Caracter. s/económica	0	0	2	1	0	3	3
Turismo predominante	1	2	0	0	0	3	2
Sustentabilidade	0	1	5	3	0	9	3
Conjuntura actual	0	0	2	8	2	12	4
(frequência acumulada)	1	4	12	28	9	54	4

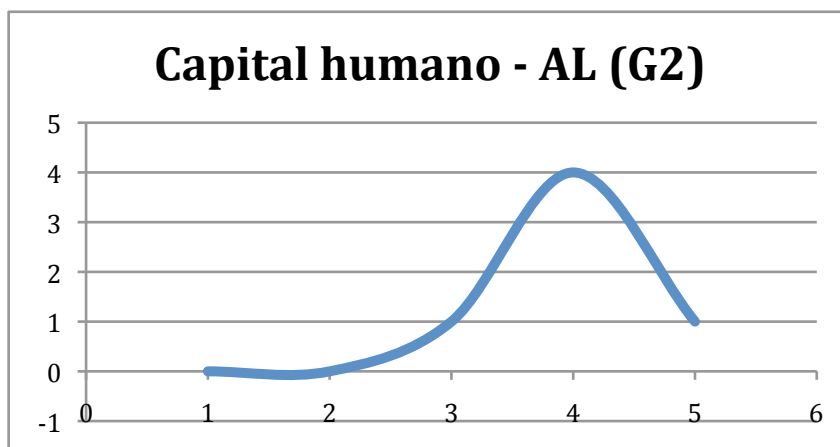
São de seguida representadas graficamente as frequências dos vectores propostos e estudados, referentes ao Grupo1 dos entrevistados, permitindo uma melhor percepção dos resultados obtidos, que, para os diferentes vectores indica o nível 4, exceptuando os vectores “Caracterização sócio-económica” e “Sustentabilidade”, no nível 3 e o vector “Turismo predominante”, onde se concentrou no nível 2.

Gráfico 2.1. Frequência da ocorrência do vector “Impactos do turismo”, por nível de influência



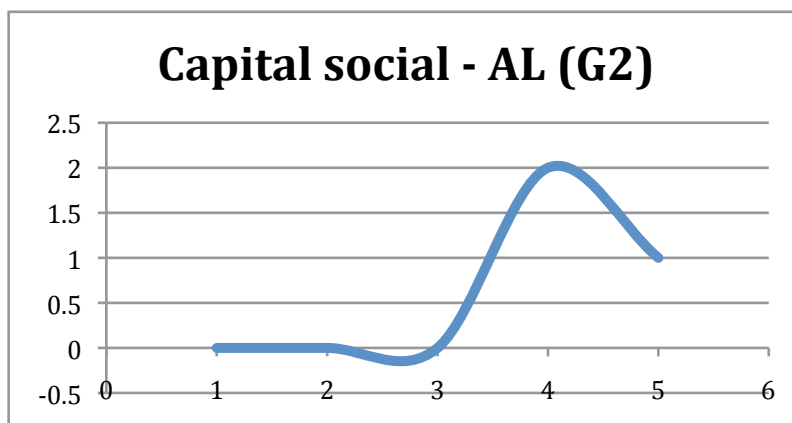
X: níveis Y: ocorrências

Gráfico 2.2. Frequência da ocorrência do vector “Capital humano”, por nível de influência



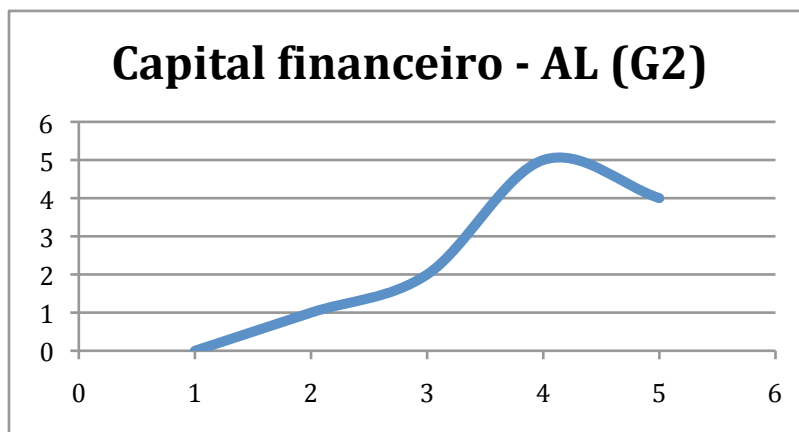
X: níveis Y: ocorrências

Gráfico 2.3. Frequência da ocorrência do vector “Capital social”, por nível de influência



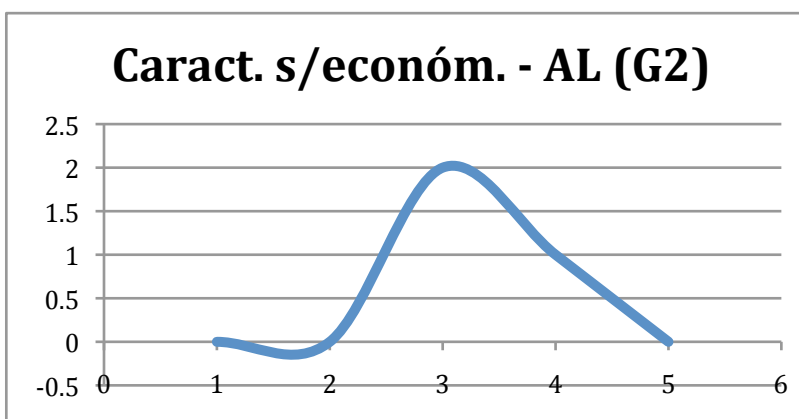
X: níveis Y: ocorrências

Gráfico 2.4. Frequência da ocorrência do vector “Capital financeiro”, por nível de influência



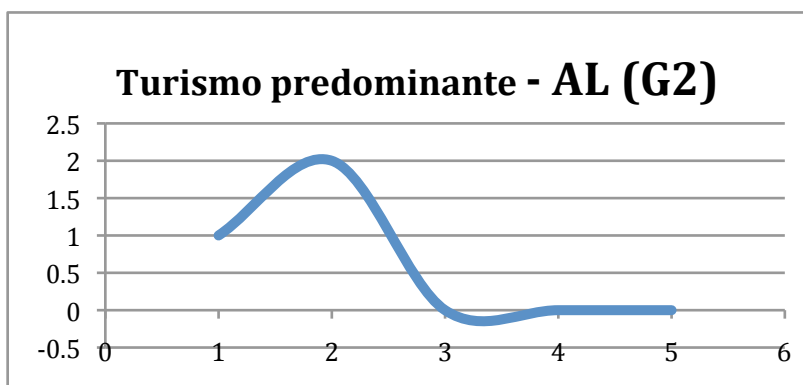
X: níveis Y: ocorrências

Gráfico 2.5. Frequência da ocorrência do vector “Caracterização sócio-económica”, por nível de influência



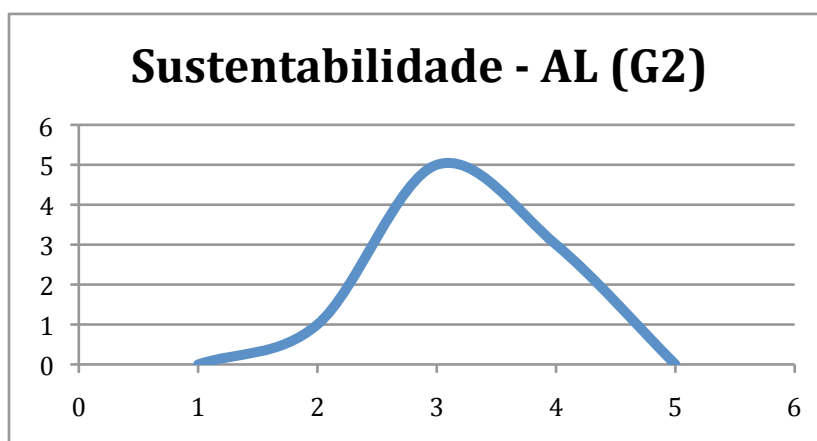
X: níveis Y: ocorrências

Gráfico 2.6. Frequência da ocorrência do vector “Turismo predominante”, por nível de influência



X: níveis Y: ocorrências

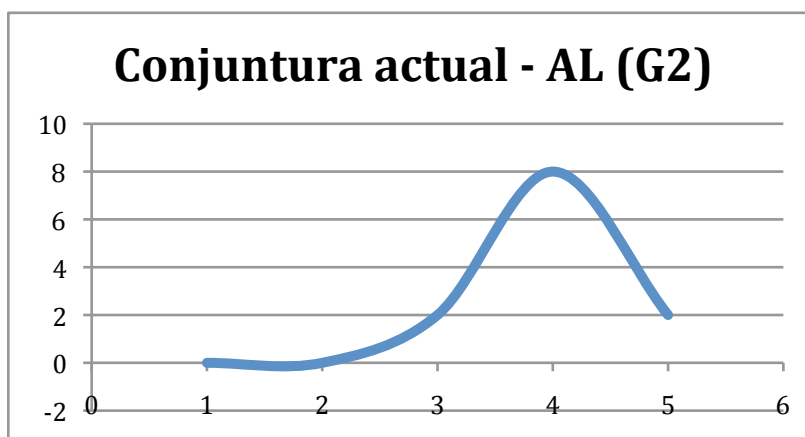
Gráfico 2.7. Frequência da ocorrência do vector “Sustentabilidade”, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

Gráfico 2.8. Frequência da ocorrência do vector “Conjuntura actual”, por nível de influência

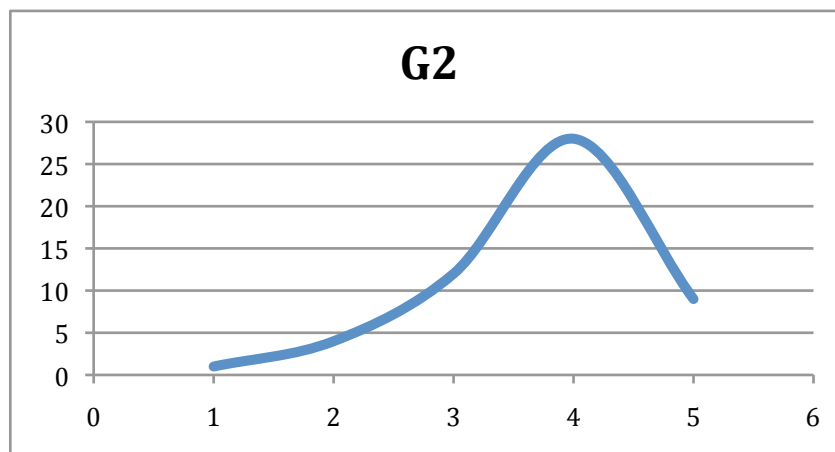


X: níveis

Y: ocorrências

Sobrepondo analiticamente as frequências acumuladas de todos os vectores, resulta, para perfil do conjunto de entrevistas realizadas a indivíduos pertencentes ao grupo 2 (Administração local), o seguinte gráfico (Gráfico 2.9.), representativo das tendências dos vários vectores, evidenciando o valor (4) da sua tendência global.

Gráfico 2.9. Frequência vectorial acumulada, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

É neste grupo de entrevistados que reside a maior parte da articulação entre governantes e governados e que sente de forma próxima e directa os constrangimentos e o voluntarismo da camada social que constitui a população, incluindo os agentes do comércio, da indústria e dos serviços.

Sendo quase sempre chamados a intervir em processos de implementação ou de mudança, são conhecedores das capacidades e competências existentes e sensíveis aos processos que melhor conduzem aos resultados desejados.

Da sua manifestação quanto ao problema do impulso para um turismo sustentável e de base social na Cidade Velha, podemos reter que:

- reconhecem o potencial de desenvolvimento com origem no turismo, mas preocupam-se com as ameaças aos costumes, pelo que o seu entusiasmo é cauteloso;
- propõem melhor nível de formação e adequada aos projectos previsíveis, além da restauração, contribuindo assim para mais e melhor emprego, lamentando a falta de recursos financeiros para mais empreendedorismo, enquadrado nos valores a promover, complementando a oferta do “Tudo incluído”;
- era com bom grado que aceitavam a chegada da população ao planeamento e à acção, conciliando interesses.

3.2.2.3. Entrevistas a interlocutores de empresas privadas

Tratando-se de um grupo de entrevistados que se encontra bem relacionado com todas as questões alusivas ao tema do turismo nos seus aspectos conjunturante e operacional, o guião referente a este grupo de entrevistas envolveu questões no âmbito dos contextos microambiental, de relação próxima com a envolvente.

Os entrevistados revelaram tendência para considerar que:

a) Impactos do turismo:

- reconhecidas melhorias em infraestruturas e maior desenvolvimento geral, mas também pouco envolvimento da população;
- o crescimento do turismo não tem melhorado a burocracia existente;
- existe maior desenvolvimento e mais actividade, mas receiam crescimento de prostituição, drogas e roubos;
- os turistas não recusam voltar e apreciam a cultura, o clima e a gastronomia;
- os negócios que mais têm evoluído, mas ainda com alguns problemas são as telecomunicações, a restauração e os “tours”.

b) Capital humano:

- pouco chega à população, mas que todos acabam por ganhar;
- os turistas apreciam a “morabeza”, que influi na qualidade da oferta, mas há relatos de falta de segurança;
- há maior preparação profissional, mas existe falta de formação em línguas estrangeiras.

c) Capital social:

- a produção não é muita (artesanato, alimentação), mas é bem aceite;
- reconhecem elevado potencial de aproveitamento turístico;
- as iniciativas turísticas, planeadas, podem melhorar o nível de vida da população;
- ainda há pouca formação e pouco profissionalismo.

d) Capital financeiro:

- além da burocracia, os custos de um investimento são elevados;
- esperam mais crescimento, mais oferta, mais segurança e melhor aproveitamento;
- o “tudo incluído” é péssimo, não se reflecte na sociedade;
- as perspectivas de empreendedorismo estão em aberto, dependendo das políticas das empresas.

No Quadro 3, é apresentado o quadro resultante da leitura e interpretação conjuntas das respectivas fichas individuais.

Quadro 3: Resumo dos dados recolhidos das fichas individuais das entrevistas realizadas a indivíduos enquadrados no Grupo 3 (Empresas privadas)

Anexo 3:Tot	Questão	1	2	3	4	5	Observações
Impactos do turismo	1	0	5	0	2	2	Benéfico; Falta organização
	2	0	3	4	0	2	Desligados
	3	0	3	2	4	0	Infraestruturas. Prostituição e drogas. Segurança
	4	0	0	3	5	1	Limitações, Línguas
	5	0	3	1	5	0	Hotelaria, Restauração; Guias; Tours
Capital humano	1	0	7	0	2	0	População não aproveita. Tod o mundo ganha
	2	0	2	5	1	1	Telecomunicações. Restauração. Segurança. Morabeza
	3	0	4	2	3	0	Não. Sim, mas falta línguas
Capital social	1	0	4	1	4	0	Pouco. Sim, mas pouco. Só se produz grog
	2	0	2	1	4	2	Sim
	3	0	2	1	3	3	Sim
	4	0	2	3	2	2	Falta formação. Pouco profissionalismo.
Capital financeiro	1	0	3	5	1	0	Custos
	2	0	2	0	5	2	Pouco aproveitamento; Mais oferta. Mais crescimento, + segurança
	3	1	5	0	3	0	Péssimo. Não se reflecte na economia local. Não
	4	0	3	1	4	1	Há potencial. Não

Fonte: O autor

Com base neste quadro (Quadro 3), podemos configurar o agrupamento dos dados recolhidos, por classe de tendência dos vectores representativos das variáveis independentes, resultando deste agrupamento, o seguinte, realçando as respectivas frequências e o valor calculado para a sua mediana, que, de acordo com a definição, corresponde ao valor, para o qual, o número de ocorrências verificadas antes dele, são iguais ao número de ocorrências verificadas posteriormente, de acordo com:

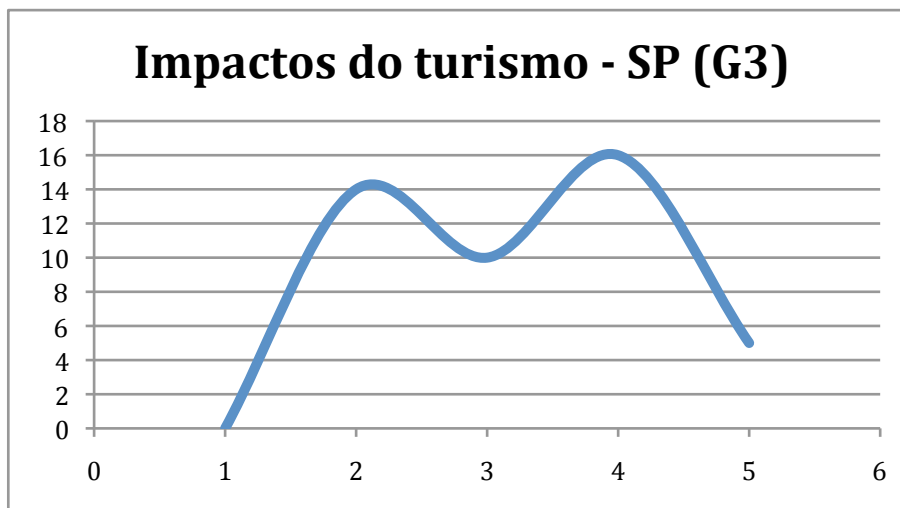
$$1/2 \sum_{i=1}^n f_i = (\text{no domínio da classe mediana})$$

Tabela 11: Tendências acumuladas e Mediana (Grupo 1)

G3	1	2	3	4	5	Soma, (vector)	Mediana
Impactos do turismo	0	14	10	16	5	45	3
Capital humano	0	13	7	6	1	27	3
Capital social	0	10	6	13	7	36	4
Capital financeiro	1	13	6	13	3	36	3
(frequências acumuladas)	1	50	29	48	16	144	3

São de seguida representadas graficamente as frequências dos vectores propostos e estudados, referentes ao Grupo1 dos entrevistados, permitindo uma melhor percepção dos resultados obtidos, que, para os diferentes vectores indica o nível 3, exceptuando o vector “Capital social”, onde se concentrou no nível 4.

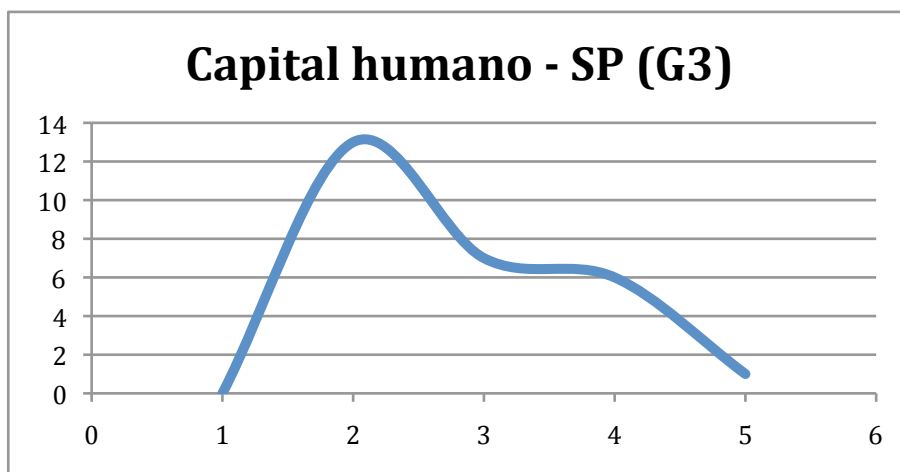
Gráfico 3.1. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

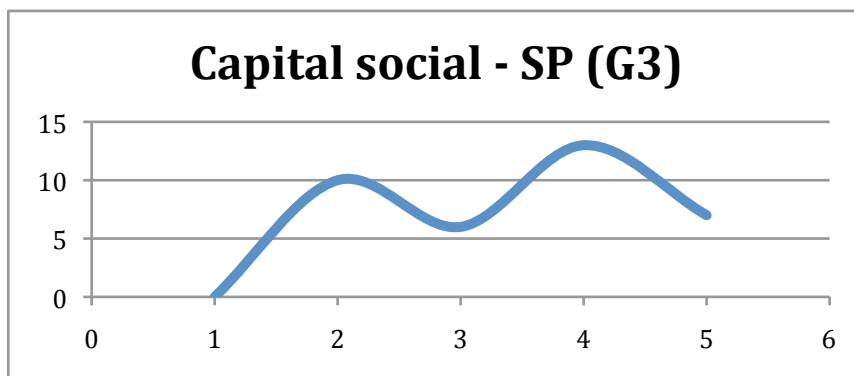
Gráfico 3.2. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



X: níveis

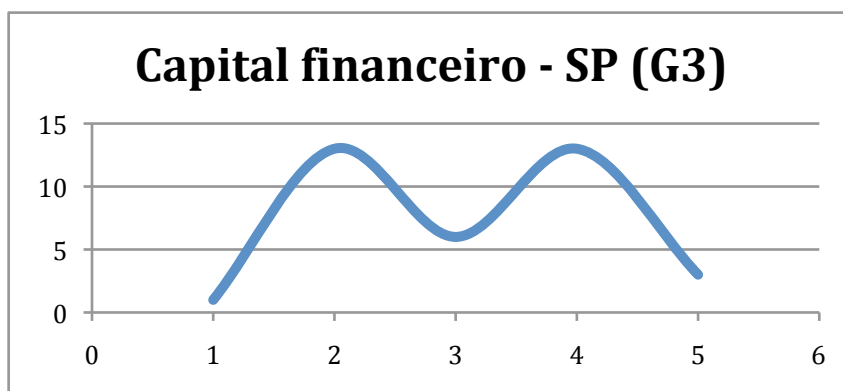
Y: ocorrências

Gráfico 3.3. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



X: níveis Y: ocorrências

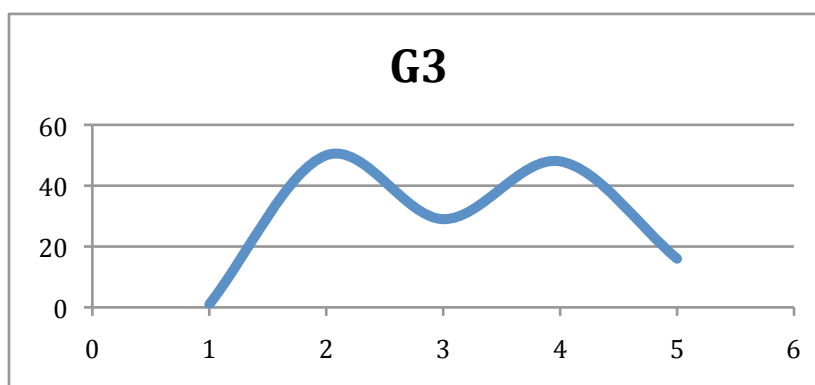
Gráfico 3.4. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



X: níveis Y: ocorrências

Sobrepondo analiticamente as frequências acumuladas de todos os vectores, resulta, para perfil do conjunto de entrevistas realizadas a indivíduos pertencentes ao grupo 3 (Instituições privadas), o seguinte gráfico, representativo das tendências dos vários vectores, evidenciando o valor (3) da sua tendência global.

Gráfico 3.5. Frequência vectorial acumulada, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

Aos destinatários deste grupo foi reservada a função de nos ajudar a perceber a disponibilidade e a vontade expressas pelos agentes locais do actual turismo, quase exclusivamente da actividade hoteleira, em encetar uma dinâmica própria de criação de atractividades baseadas na cultura e nos valores do país, reconhecendo que eles próprios já são portadores de motivos turísticos, o que, sendo devidamente explorado pode garantir a sustentabilidade do sector.

Da sua prestação como entrevistados recolhemos que:

- reconhecem as melhorias que o turismo tem possibilitado no desenvolvimento de infraestruturas, mas que pouco tem chegado à população, mesmo na insuficiência da formação específica para o sector do turismo;
- receiam que o desenvolvimento venha associado a outros fenómenos sociais menos desejáveis;
- consideram que, se os turistas repetem as visitas é porque apreciam o que têm para oferecer, nomeadamente a “morabeza”;
- concluem que os negócios que têm evoluído são ligados a infraestruturas, mas que não tem aumentado a variedade de oferta;
- consideram que existe falta de iniciativas perante o potencial existente, mas raramente apoiam iniciativas externas;
- esperam mais crescimento, mais segurança, mais planeamento, mais variedade de oferta e menos burocracia;

3.2.2.4. Entrevistas a sujeitos da população

Tratando-se de um grupo de entrevistados que se encontra bem relacionado com os aspectos práticos e vivenciais do turismo, sob os contextos de conjuntura e operacional, o guião referente a este grupo de entrevistas envolveu questões no âmbito microambiental, de relação próxima com a envolvente.

Os entrevistados revelaram tendência para considerar que:

a) Impactos do turismo:

- gostariam de ver aumentado o movimento turístico;
- gostariam de preservar o sossego noturno;
- a integração de turistas na comunidade pode ser socialmente benéfica;
- a diversão noturna poderia ser um benefício, se controlada;
- o desejável aumento de trabalho poderia ter várias origens;
- negociar com turistas dependeria da criação de oferta.

b) Capital humano:

- residir na Cidade Velha resulta de opção e de tradição;
- quem reside na Cidade Velha, gosta mesmo, não pensa mudar;
- a idade média dos habitantes é 30 anos;
- a formação académica preponderante é de nível secundário, indo até ao superior;
- os agregados familiares são, em média, constituídos por 4 pessoas, indo até 6;
- as actividades dominantes são exercidas na prestação de serviços públicos;
- não existe mercado de trabalho, que é pouco e mal pago;
- grande parte da população prefere rendimentos de trabalho, em vez de negócios.

c) Capital social:

- a região possui fonte de recursos alimentares própria;
- a partilha de recursos é uma atitude cultural;
- a cidade tem meios de garantir assistência na saúde;
- a cidade assegura formação académica pública, até ao ensino secundário;
- existem redes públicas de água e electricidade generalizada;
- sair da cidade só se deve a motivos de lazer, ou trabalho;
- existem transportes públicos frequentes, para todos os destinos;
- aceitam desafios mobilizadores, que sejam positivos.

d) Capital financeiro:

- a actividade económica é assegurada por nacionais e estrangeiros;
- a maior parte da actividade comercial é desenvolvida por empresários individuais;
- existe apoio logístico para a criação de empresas, mas não incentivos financeiros;
- o crescimento do turismo poderia levar ao exercício de outra actividade mais rentável;
- a população empreendedora está receptiva ao turismo.

No Quadro 4 é apresentado o resultado da leitura e interpretação conjuntas das respectivas fichas individuais.

Quadro 4: Resumo dos dados recolhidos das fichas individuais das entrevistas realizadas a indivíduos enquadrados no Grupo 4 (População)

Anexo 4:Tot	Questão	1	2	3	4	5	Observações
Impactos do turismo	1	0	0	0	21	9	
	2	0	0	0	9	21	Mais turistas; Só turistas
	3	0	0	0	0	30	
	4	0	9	18	3	0	Benefícios
	5	0	0	0	18	12	Trabalho; mais trabalho
	6	0	0	0	9	21	
Capital humano	1	0	0	0	30	0	Tradição; Opção
	2	3	9	0	9	9	Gosta mesmo disto; Não; Não; Ficar
	3	0	6	24	0	0	
	4	0	0	9	0	21	Estudos franceses; Gestão; Funcionários Administrativos
	5	0	18	9	3	0	
	6	0	0	9	3	18	Professor; Superior Público; Funcionário administrativo
	7	9	18	3	0	0	Não; Pouco e mal pago
	8	9	12	0	0	9	Trabalho
Capital social	1	0	0	0	12	18	Sim
	2	0	9	9	3	9	Pouco
	3	0	3	9	18	0	Sim
	4	0	0	12	18	0	Até à universidade
	5	0	0	0	12	18	Sim
	6	0	9	3	18	0	Lazer; Trabalho
	7	0	0	12	0	18	Sim; Frequente
	8	0	0	0	3	27	
Capital financeiro	1	0	0	3	9	18	
	2	12	9	9	0	0	Individuais
	3	0	9	3	9	9	
	4	0	0	3	9	18	
	5	0	0	3	9	18	Alta; Total

Fonte: O autor

Com base no Quadro 4, podemos configurar o agrupamento dos dados recolhidos, por classe de tendência dos vectores representativos das variáveis independentes, resultando

deste agrupamento, o seguinte, realçando as respectivas frequências e o valor calculado para a sua mediana, que, de acordo com a definição, corresponde ao valor, para o qual, o número de ocorrências verificadas antes dele, são iguais ao número de ocorrências verificadas posteriormente, de acordo com:

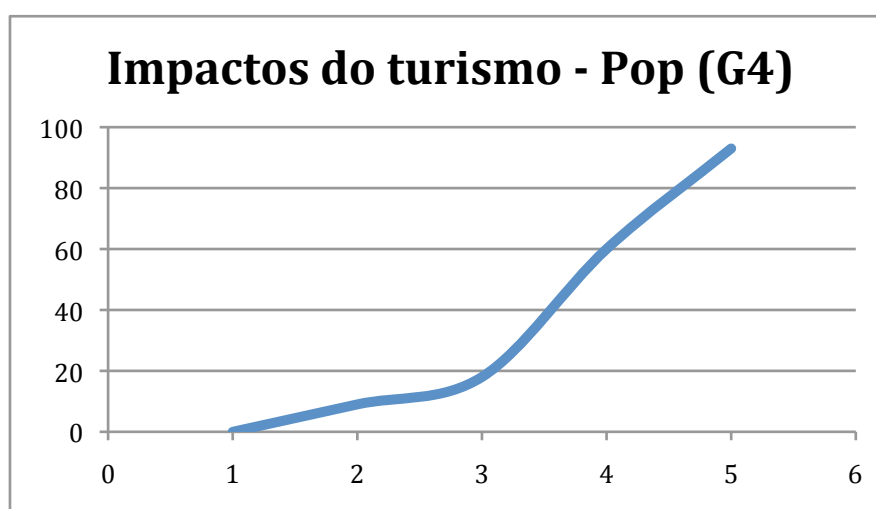
$$1/2 \sum_{i=1}^s f_i \text{ (no domínio da classe)}$$

Tabela 12: Tendências acumuladas e Mediana (Grupo 4)

G4	1	2	3	4	5	Soma, (vector)	Mediana
Impactos do turismo	0	9	18	60	93	180	5
Capital humano	21	63	54	45	57	240	3
Capital social	0	21	45	84	90	240	4
Capital financeiro	12	18	21	36	63	150	4
(frequências acumul.)	33	111	138	225	303	810	4

São de seguida representadas graficamente as frequências dos vectores propostos e estudados, referentes ao Grupo1 dos entrevistados, permitindo uma melhor percepção dos resultados obtidos, que, para os diferentes vectores indica o nível 4, exceptuando o vector “Impactos do turismo” e “Capital humano”, onde se concentrou no nível 3.

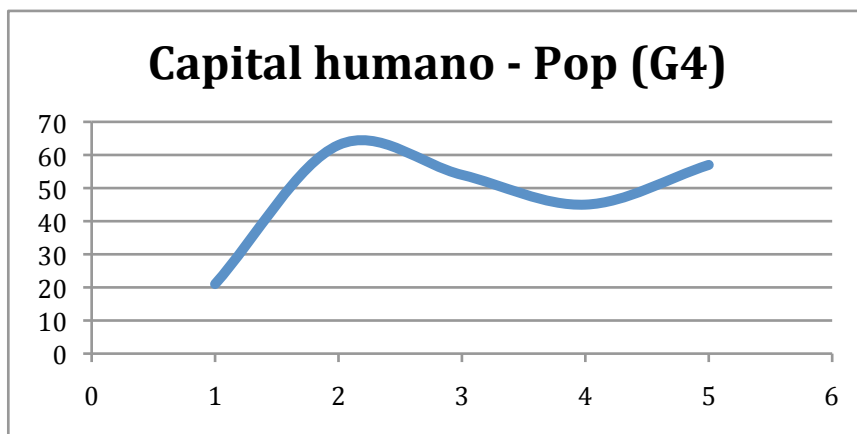
Gráfico 4.1. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



X: níveis

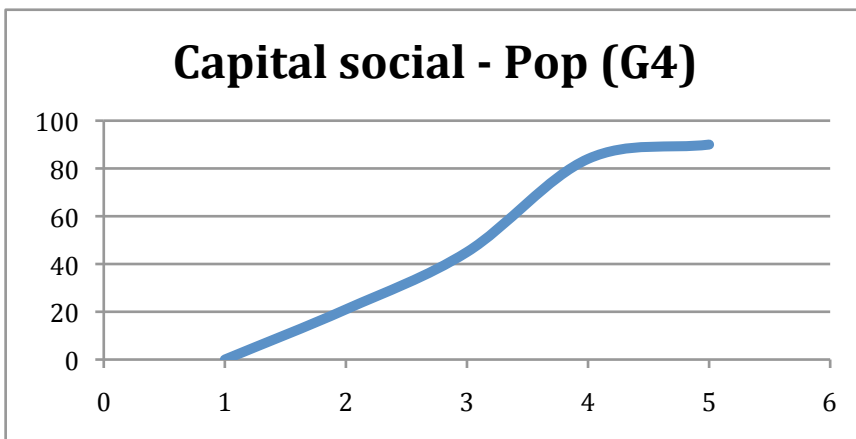
Y: ocorrências

Gráfico 4.2. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



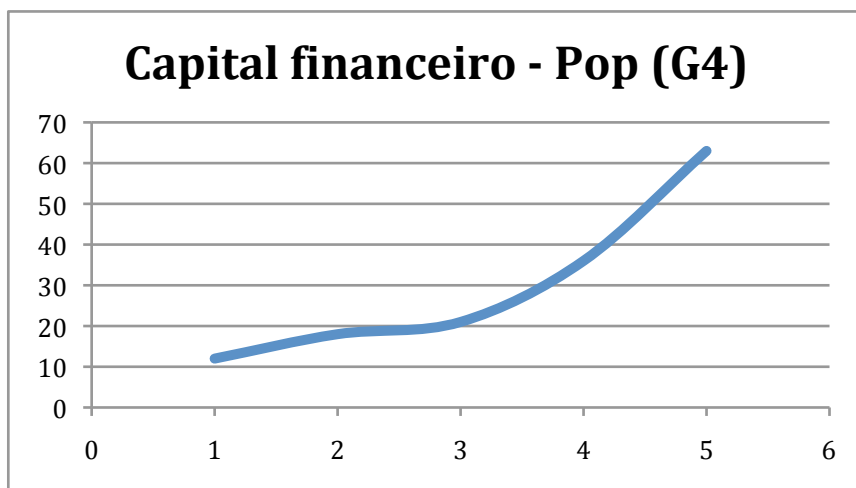
X: níveis Y: ocorrências

Gráfico 4.3. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



X: níveis Y: ocorrências

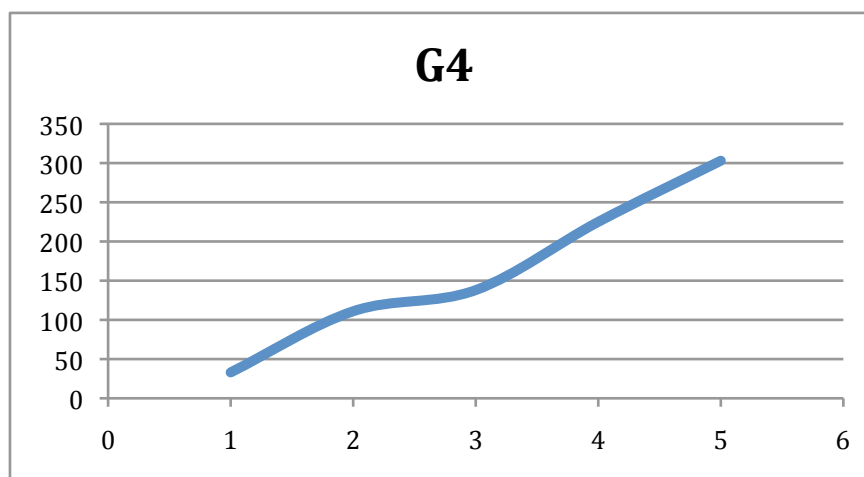
Gráfico 4.4. Frequência da ocorrência do vector, por nível de influência



X: níveis Y: ocorrências

Sobrepondo analiticamente as frequências acumuladas de todos os vectores, resulta, para perfil do conjunto de entrevistas realizadas a indivíduos pertencentes ao grupo 4 (população), o seguinte gráfico (4.5.), representativo das tendências acumuladas dos vários vectores, evidenciando o valor (4) da sua tendência global.

Gráfico 4.5. Frequência vectorial acumulada, por nível de influência



X: níveis

Y: ocorrências

Cap. 4. Análise e discussão de dados

4.1. Dados primários (documentação)

Numa viagem a Cabo Verde, Ilha de Santiago, aconteceu o inevitável: uma visita à Cidade Velha.

Percorrendo as suas ruelas ao som e ao cheiro da África, aconteceram sentimentos de prazer e de alguma nostalgia, ao imaginar como seriam as vivências daquele local cheio de história, como se alguns séculos não tivessem passado. A sedução aconteceu e ousamos a aventura de pensar como se poderia chamar a esse tipo de turismo, que nos situasse no espaço e no tempo em que aquele local ganhou alma. Com relativa facilidade surgiu:

- “Turismo Retrospectivo”.

Impossível foi contrariar a vontade de propor esse projecto. A Cidade Velha é Património Mundial da Humanidade e como tal, sujeito a protecção arquitectónica especial, o que não impede a melhoria das condições de vida da população e da qualidade do espaço urbano, dirigindo às forças vivas, governantes e governados, uma tal motivação. Seria épico observar e conviver com os naturais trajando e reaculturando as suas origens, tornando atractivo o presente, exaltando o passado e construindo o futuro.

O turismo alimenta-se do que é exótico e genuíno. Na Cidade Velha teríamos tudo isso, enraizado no local e nas gentes, apreciado e imutável, sustentado.

Se nos sonhos também há princípio, meio e fim, restava começar pelo princípio. Para isso:

- Era necessário perceber se a imagem sonhada era visível para outros. Ainda mais importante seria constatar que os outros seriam os próprios, os autóctones, a matéria humana que se motiva e que persegue o que deseja.
- Era necessário “apalpar” essa matéria e sentir o seu magnetismo, a sua atracção pelo projecto.
- Era necessário verificar a existência de condições prévias para a sua realização.

Previamente, teria de ser confirmado o seu enquadramento nas opções políticas que determinam as estratégias para o desenvolvimento e posteriormente, a existência de disponibilidade para pensar no assunto e aceitá-lo como proposta válida.

Nesse sentido, a documentação seleccionada para consulta obedeceu a um critério orientado pela necessidade de perceber a importância que a política nacional caboverdiana atribui ao turismo, no contexto da sua capacidade dinamizadora do desenvolvimento e assim,

através da criação de mais e melhor emprego, aumentar o Produto Interno Bruto e consequentemente, melhorar a economia nacional e as condições de vida da população.

Só com esse conhecimento se podem prescrever soluções que passem pela utilização do turismo como factor potenciador de crescimento, na medida em que seja considerado estratégico nas opções políticas estruturantes.

Como já referido anteriormente, procurou atingir-se a percepção correcta da forma como a política caboverdiana observa o potencial turístico do país e as medidas que tem diligenciado, no sentido da sua promoção e aproveitamento.

Servimo-nos de três documentos (Constituição da ADEI-Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação; o DECRPII-Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II; o Plano Estratégico para o Turismo), os quais, enquadrados na política geral, poderiam denunciar a confiança e os propósitos com que se pretende utilizar este instrumento como criador de desenvolvimento geral.

Além destes documentos, foram ainda consultados os dados estatísticos relevantes, no que se refere à evolução do sector turístico em Cabo Verde (INE-CV) nos últimos anos e uma outra fonte de informação incontornável - o boletim do WTTC (2018), “Economic Impact 2018 – Cabo Verde”, publicado em Março de 2018, com grande oportunidade.

Pela leitura dos documentos referidos e expostos em algumas transcrições atrás reproduzidas, pode observar-se que o turismo é tido como o primeiro e principal recurso da política de desenvolvimento económico do governo de Cabo Verde, estando incluído em quase todos os seus planos e estratégias, havendo assim condições para acreditar no apoio a iniciativas que visem a sua promoção e a diversificação da oferta.

4.2. Dados secundários (entrevistas)

Através da recolha primária de dados foi confirmado o sentido positivo do enquadramento deste projecto nas opções políticas que determinam as estratégias nacionais para o desenvolvimento. A realização das entrevistas dirigidas aos grupos sociais escolhidos, irão servir para verificar a existência de interesse e disponibilidade para pensar no assunto e aceitá-lo como proposta válida.

Vector 1 - Impactos do turismo -

a) Impactos do turismo (Grupo 1):

- existem condições para o sucesso do desenvolvimento turístico, sendo a segurança o principal obstáculo referido;

- podem ser encontrados efeitos benéficos que podem ser atribuídos ao turismo, temendo-se os efeitos de uma eventual invasão turística;
- não existe preocupação quanto às relações funcionais entre instituições e agentes do sector, que reagem adequadamente às necessidades.

a) Impactos do turismo (Grupo 2):

- favorável para o desenvolvimento geral, mas ameaçado pelos aspectos negativos associados (sexo, drogas, etc.);
- entusiasmo expectante.

a) Impactos do turismo (Grupo 3):

- reconhecem melhorias em infraestruturas e maior desenvolvimento geral, mas também pouco envolvimento da população;
- a relação não é diferente da dos outros sectores, burocracia;
- existe maior desenvolvimento e mais actividade, mas receiam crescimento de prostituição, drogas e roubos;
- apreciam a cultura, o clima, a gastronomia e não recusam voltar;
- os negócios que mais têm evoluído, mas ainda com alguns problemas são as telecomunicações, a restauração e os “tours”.

a) Impactos do turismo (Grupo 4):

- gostariam de ver aumentado o movimento turístico;
- gostariam de preservar o sossego noturno;
- a integração de turistas na comunidade pode ser socialmente benéfica;
- a diversão noturna poderia ser um benefício, se controlada;
- o desejável aumento de trabalho poderia ter várias origens;
- negociar com turistas dependeria da criação de oferta.

Quadro 5: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 1 -Impactos do turismo- na constituição da motivação

a) Impactos do turismo (Grupo 1):	
	existem condições para o sucesso do desenvolvimento turístico, sendo a segurança o principal obstáculo referido;
	podem ser encontrados efeitos benéficos atribuíveis ao turismo, temendo-se os efeitos de uma eventual

	invasão turística;
	não existe preocupação quanto às relações funcionais entre instituições e agentes do sector, que reagem adequadamente às necessidades.
a) Impactos do turismo (Grupo 2):	
	favorável para o desenvolvimento geral, mas ameaçado pelos aspectos negativos associados (sexo, drogas, etc.);
	entusiasmo expectante.
a) Impactos do turismo (Grupo 3):	
	reconhecem melhorias em infraestruturas e maior desenvolvimento geral, mas também pouco envolvimento da população;
	a relação não é diferente da dos outros sectores, burocracia;
	existe maior desenvolvimento e mais actividade, mas receiam crescimento de prostituição, drogas e roubos;
	apreciam a cultura, o clima, a gastronomia e não recusam voltar;
	os negócios que mais têm evoluído, mas ainda com alguns problemas, são: telecomunicações, restauração e os “tours”.
a) Impactos do turismo (Grupo 4):	
	gostariam de ver aumentado o movimento turístico;
	gostariam de preservar o sossego nocturno;
	a integração de turistas na comunidade pode ser socialmente benéfica;
	a diversão noturna poderia ser um benefício, se controlada;
	o desejável aumento de trabalho poderia ter várias origens;
	negociar com turistas dependeria da criação de oferta.

A Administração Pública reconhece o potencial de desenvolvimento associado ao crescimento do turismo, mas mostra-se cautelosa quanto aos aspectos negativos que daí podem resultar, nomeadamente, a segurança e as calamidades sociais.

O sector privado aprecia as melhorias em infraestruturas, mas lamenta o pequeno envolvimento da população activa, que devia ser mais instruída para a actividade turística e é eventualmente permeável a comportamentos sociais indesejáveis.

A população está receptiva ao turismo, que traria dinamismo económico e postos de trabalho, mas não deseja ver comprometidos alguns aspectos importantes da sua qualidade de vida.

Vector 2 - Capital humano -

Quadro 6: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 2 -Capital humano- na constituição da motivação.

b) Capital humano (Grupo 1):	
	há preocupação com a qualidade da formação que está a ser ministrada, nomeadamente, na área de línguas estrangeiras;
	os empreendedores nacionais não estão particularmente sensibilizados para o turismo.
b) Capital humano (Grupo 2):	
	existe formação, que devia ser melhorada nos domínios da restauração e línguas estrangeiras;
	o empreendedorismo local é mais visível na restauração, de âmbito familiar.
b) Capital humano (Grupo 3):	
	pouco chega à população, mas todos acabam por ganhar;
	há relatos de falta de segurança, mas orgulham-se da “morabeza”;
	há preparação, mas existe ainda deficiente formação em línguas estrangeiras;
b) Capital humano (Grupo 4):	
	residir na Cidade Velha resulta de opção e de tradição;

	quem reside na Cidade Velha, gosta mesmo, não pensa mudar;
	a idade média dos habitantes é 30 anos;
	a formação académica preponderante é de nível secundário, indo até ao superior;
	os agregados familiares são, em média, constituídos por 4 pessoas, existindo até 6;
	as actividades dominantes são exercidas na prestação de serviços públicos;
	não existe mercado de trabalho, que é pouco e mal pago;
	grande parte da população prefere rendimentos de trabalho, em vez de negócios.

Todas as informações e sensibilidades captadas indiciam um clima favorável ao desenvolvimento, na medida em que não há distribuição de culpas, mas sim de reconhecimento de dificuldades, inspirando confiança no capital humano.

A Administração Pública reconhece necessidade de intervenção em áreas profissionais e na sua melhor formação.

O sector privado, denunciando carências, parece estar acomodado e apreciando o clima de tranquilidade, aguardando melhores dias, portanto, confiante.

A população de Cidade Velha mostra-se enraizada, mas denunciando o baixo nível de vida que a falta de trabalho promove, sendo apologista da criação de emprego além dos serviços, que prefere em alternativa ao empreendedorismo nos negócios.

Vector 3 - Capital social -

Quadro 7: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 3 -Capital social- na constituição da motivação.

c) Capital social (Grupo 1):	
	reconhecem o potencial do empreendedorismo local dirigido ao turismo como um instrumento valioso na criação de emprego e no desenvolvimento social, com todas as condições para ter sucesso;

	não tem sido revelado interesse empreendedor por parte de cidadãos locais e nacionais para a actividade turística, salvo na hotelaria.
c) Capital social (Grupo 2):	
	o turismo pode constituir solução para problemas da produtividade e de melhor emprego.
c) Capital social (Grupo 3):	
	a produção não é muita (artesanato, alimentação), mas é bem aceite;
	reconhecem elevado potencial de aproveitamento turístico;
	as iniciativas turísticas, planeadas, podem melhorar o nível de vida da população;
	ainda há pouca formação e pouco profissionalismo.
c) Capital social (Grupo 4):	
	a região possui fonte de recursos alimentares própria;
	a partilha de recursos é uma atitude cultural;
	a cidade tem meios de garantir assistência na saúde;
	a cidade assegura formação académica pública, até ao ensino secundário;
	existem redes públicas de água e electricidade generalizada;
	sair da cidade só se deve a motivos de lazer, ou trabalho;
	existem transportes públicos frequentes, para todos os destinos;
	aceitam desafios mobilizadores, que sejam positivos.

O turismo e as actividades afins são por todos reconhecidos como a solução mais imediata, capaz de arrastar a subida do desenvolvimento económico e social. Destas, tem sido a hotelaria a actividade mais atractiva, mas reconhecem existir ainda pouca formação e profissionalismo.

A população sente-se confortável com a existência de recursos alimentares adequada

e pratica a partilha comunitária de recursos, numa cidade que possui assistência na saúde e proporciona formação académica até ao nível universitário e infraestruturas públicas de saneamento básico, pelo que, a população residente tem boas condições de fixação associadas a uma rede de transportes públicos que satisfaz as suas necessidades.

O bom nível das condições de vida no local conferem uma atitude positiva, perante desafios de desenvolvimento.

Vector 4 - Capital financeiro -

Quadro 8: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 1 -Capital financeiro- na constituição da motivação.

d) Capital financeiro (Grupo 1):	
	existe disponibilidade para apoiar iniciativas de investimento, nacional e estrangeiro, através da Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI), que visa a promoção da competitividade e o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas;
	sempre é disponibilizado apoio logístico.
d) Capital financeiro (Grupo 2):	
	os incentivos têm origem na UE, Banco Mundial e Cooperação estrangeira e são iguais para todos;
	não estão previstas alterações aos modelos existentes, que serão continuados;
	os apoios a conceder não são em capital, são em serviços (formação, logística, etc.).
d) Capital financeiro (Grupo 3):	
	além da burocracia existente, os custos são elevados;
	esperam mais crescimento, mais oferta, mais segurança e melhor aproveitamento;
	o “tudo incluído” é péssimo, não se reflecte na sociedade;
	as perspectivas de empreendedorismo estão em aberto, dependendo das políticas das empresas.

d) Capital financeiro (Grupo 4):	
	a actividade económica é assegurada por nacionais e estrangeiros;
	a maior parte da actividade comercial é desenvolvida por empresários individuais;
	existe apoio logístico para a criação de empresas, mas não incentivos financeiros;
	o crescimento do turismo poderia levar ao exercício de outra actividade mais rentável;
	a população empreendedora está receptiva ao turismo.

A Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI) é de todos conhecida, assim como as suas limitações operacionais. O apoio proporcionado é dirigido a acções estruturantes, mas não atende as dificuldades financeiras, que constituem o primeiro e principal obstáculo a iniciativas de empreendedorismo pelos cidadãos nacionais, que acreditam no desenvolvimento apoiado no turismo.

Houve afirmações de que, havendo confiança, adoptariam qualquer actividade de apoio ao turismo, em substituição da que actualmente detêm, pois isso seria mais rentável.

Vector 5 - Caracterização sócio-económica -

Quadro 9: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 1 -Caracterização sócio-económica - na constituição da motivação.

e) Caracterização sócio-económica (Grupo 1):	
	os resultados já alcançados são animadores, verificando-se, no entanto, pouca procura por parte de investidores nacionais;
	a legislação procura adaptar-se ao interesse existente;
	existe pouca dinâmica nas áreas do turismo.
e) Caracterização sócio-económica (Grupo 2):	
	a legislação não impede as iniciativas.

A Administração Pública não lidera o processo de desenvolvimento económico e social, na medida em que se limita a reagir a eventuais iniciativas, mas sem implementar um quadro de confiança e estímulo social, capazes de mobilizar interesses dispersos e estabelecer estratégias dinâmicas e dinamizadoras.

Vector 6 - Variedade de turismo predominante -

Quadro 10: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 1 (Variedade de turismo predominante) na constituição da motivação.

f) Variedade de turismo predominante (Grupo 1):	
	os produtos e serviços locais satisfazem a procura turística;
	o sistema de “tudo incluído” não é o mais desejável, na medida em que concentra a economia em entidades estrangeiras;
	há todo o interesse em aumentar e diversificar a oferta de produtos turísticos, por parte de empreendedores nacionais.
f) Variedade de turismo predominante (Grupo 2):	
	o “tudo incluído” não promove o desenvolvimento social, que fica fora da cadeia de valor.

A Administração Pública parece confiar na resposta da sociedade ao turismo, mas não assume a liderança da sua organização, promoção e articulação, no sentido de um desenvolvimento integrado.

Vector 7 – Sustentabilidade -

Quadro 11: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 1 -Sustentabilidade - na constituição da motivação.

g) Sustentabilidade (Grupo 1):	
	a definição de estratégias dependerá da dinâmica da procura e dos interesses;

	os benefícios distribuídos não têm motivado o empreendedorismo local.
g) Sustentabilidade (Grupo 2):	
	a população acaba por beneficiar com o crescimento do turismo;
	o interesse tem sido o desenvolvimento;
	apesar do desenvolvimento associado ao turismo, a população não está envolvida no planeamento, nem na acção.

A Administração Pública está consciente da necessidade de desenvolvimento sustentado mas não tem conseguido mobilizar a população para o empreendedorismo. Faltam estratégias e planeamento.

Vector 8 - Conjuntura actual -

Quadro 12: Resumo das contribuições teóricas das componentes do vector 1 -Conjuntura actual- na constituição da motivação.

h) Conjuntura actual (Grupo 1):	
	existe um potencial de recursos e oportunidades que podem ser valorizados turisticamente.
h) Conjuntura actual (Grupo 2):	
	os produtos locais se destinam fundamentalmente à restauração e a “tours” turísticos, com condições para o crescimento;
	talvez se justifique melhor planeamento;
	o desenvolvimento planeado e a genuinidade da oferta podem ser factores de sucesso para o progresso da sociedade..

A Administração Pública está consciente do potencial do sector turístico, assente na capacidade dos recursos naturais e humanos existentes, que têm operado de forma rudimentar e carecendo de oportunidades que resultem de um planeamento sequencial adequado.

apoando e divulgando a criação de oferta de produtos genuínos, pouco sensíveis à concorrência.

Conclusões

Pela leitura dos documentos referidos e expostos em algumas transcrições, pode observar-se que o turismo é tido como o primeiro e principal recurso da política de desenvolvimento económico do governo de Cabo Verde, estando incluído em quase todos os seus planos e estratégias, havendo assim condições para acreditar no apoio a iniciativas que visem a sua promoção e a diversificação da oferta.

Sobre o resultado da análise às componentes das motivações e pelo que encontramos, podemos concluir que:

Vector 1 - Impactos do turismo -

A Administração Pública reconhece o potencial de desenvolvimento associado ao crescimento do turismo, mas mostra-se cautelosa quanto aos aspectos negativos que daí podem resultar, nomeadamente, a segurança e as calamidades sociais.

O sector privado aprecia as melhorias em infraestruturas, mas lamenta o pequeno envolvimento da população activa, que devia ser mais instruída para a actividade turística e é eventualmente permeável a comportamentos sociais indesejáveis.

A população está receptiva ao turismo, que traria dinamismo económico e postos de trabalho, mas não deseja ver comprometidos alguns aspectos importantes da sua qualidade de vida.

Vector 2 - Capital humano -

Todas as informações e sensibilidades captadas indiciam um clima favorável ao desenvolvimento, na medida em que não há distribuição de culpas, mas sim de reconhecimento de dificuldades, inspirando confiança no capital humano.

A Administração Pública reconhece necessidade de intervenção em áreas profissionais e na sua melhor formação.

O sector privado, denunciando carências, parece estar acomodado e apreciando o clima de tranquilidade, aguardando melhores dias, portanto, confiante.

A população de Cidade Velha mostra-se enraizada, mas denunciando o baixo nível de vida que a falta de trabalho promove, sendo apologista da criação de emprego além dos serviços, que prefere em alternativa ao empreendedorismo nos negócios.

Vector 3 - Capital social -

O turismo e as actividades afins são por todos reconhecidos como a solução mais imediata, capaz de arrastar a subida do desenvolvimento económico e social. Destas, tem sido a hotelaria a actividade mais atractiva, mas reconhecem existir ainda pouca formação e

profissionalismo.

A população sente-se confortável com a existência de recursos alimentares adequada e pratica a partilha comunitária de recursos, numa cidade que possui assistência na saúde e proporciona formação académica até ao nível universitário e infraestruturas públicas de saneamento básico, pelo que, a população residente tem boas condições de fixação associadas a uma rede de transportes públicos que satisfaz as suas necessidades.

O bom nível das condições de vida no local conferem uma atitude positiva, perante desafios de desenvolvimento.

Vector 4 - Capital financeiro -

A Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI) é de todos conhecida, assim como as suas limitações operacionais. O apoio proporcionado é dirigido a acções estruturantes, mas não atende as dificuldades financeiras, que constituem o primeiro e principal obstáculo a iniciativas de empreendedorismo pelos cidadãos nacionais, que acreditam no desenvolvimento apoiado no turismo.

Houve afirmações de que, havendo confiança, adoptariam qualquer actividade de apoio ao turismo, em substituição da que actualmente detêm, pois isso seria mais rentável.

Vector 5 - Caracterização sócio-económica -

A Administração Pública não lidera o processo de desenvolvimento económico e social, na medida em que se limita a reagir a eventuais iniciativas, mas sem implementar um quadro de confiança e estímulo social, capazes de mobilizar interesses dispersos e estabelecer estratégias dinâmicas e dinamizadoras.

Vector 6 - Variedade de turismo predominante -

A Administração Pública parece confiar na resposta da sociedade ao turismo, mas não assume a liderança da sua organização, promoção e articulação, no sentido de um desenvolvimento integrado.

Vector 7 – Sustentabilidade -

A Administração Pública está consciente da necessidade de desenvolvimento sustentado mas não tem conseguido mobilizar a população para o empreendedorismo. Faltam estratégias e planeamento.

Vector 8 - Conjuntura actual -

A Administração Pública está consciente do potencial do sector turístico, assente na capacidade dos recursos naturais e humanos existentes, que têm operado de forma rudimentar e carecendo de oportunidades que resultem de um planeamento sequencial adequado,

apoando e divulgando a criação de oferta de produtos genuínos, pouco sensíveis à concorrência.

Orientações para pesquisa futura

Todos os projectos que envolvem questões sociais são demorados, exigem elevado nível de responsabilidade e devem envolver os destinatários. O aprofundamento de pesquisas futuras destinadas à prossecução deste projecto poderá mobilizar esforços nas seguintes áreas:

- Fracção do PIB destinada a investimento no turismo?
- Planeamento (curto, médio e longo prazo)
- Parcerias (público/privado)
- Formação

Referências bibliográficas

- Byrd, E. T., & Gustke, L. (2007). Using decision trees to identify tourism stakeholders: The case of two Eastern North Carolina counties. *Tourism and Hospitality Research*, 7(3-4), 176-193.
- Cater, E. (1994). Ecotourism in the Third World: problems and prospects for sustainability. *Ecotourism: a sustainable option?.*, 69-86.
- Choi, H. C., & Sirakaya, E. (2006). Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, 27(6), 1274-1289.
- Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*.
- Cresswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*.
- Crouch, G. I., & Ritchie, J. B. (1999). *Tourism, competitiveness, and societal prosperity*. *Journal of Business Research*, 44(3), 137-152.
- Crouch, H. (2007). *The army and politics in Indonesia*. Equinox Publishing.
- Deaden, P., & Harron, S. (1994). Alternative tourism and adaptive change. *Annals of Tourism Research*, 21(1), 81-102.
- DECRP I (2003). *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza*. Cabo Verde: Ministério da Economia.
- DECRP II (2008). *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza*. Cabo Verde: Ministério da Economia.
- Dwyer, L., & Kim, C. (2003). Destination competitiveness: determinants and indicators. *Current Issues in Tourism*, 6(5), 369-414.
- Echtner, C. M., & Ritchie, J. R. (2003). The meaning and measurement of destination image:[Reprint of original article published in v. 2, no. 2, 1991: 2-12.]. *Journal of tourism studies*, 14(1), 37.
- Enright, M. J., & Newton, J. (2004). Tourism destination competitiveness: a quantitative approach. *Tourism Management*, 25(6), 777-788.
- Flick, U. (Germany, 2009). *An introduction to qualitative research*. Sage.
- Gil, F. (1999). *A ciência tal qual se faz*. Edições João Sá da Costa.

- Hopf, C. (Germany, 1982). Norm und Interpretation. Einige methodische und theoretische Probleme der Erhebung und Analyse subjektiver Interpretationen Untersuchungen. *Zeitschrift für Soziologie*, 11(3), 307-329.
- Hughes, G. (1995). Authenticity in tourism. *Annals of Tourism Research*, 22(4), 781-803.
- Hunter, C. (1997). Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 850-867.
- Malakauskaite, A., & Navickas, V. (2010). The role of clusters in the formation process of tourism sector competitiveness: conceptual novelties. *Economics & Management*.
- Mitchell, J., & Coles, C. (2011). *Markets and rural poverty: Upgrading in value chains*. IDRC.
- Morais, C. F. D. R. (2016). *Turismo e empreendedorismo social em Cabo Verde: estudo exploratório sobre condições e perspectivas de intervenção das organizações do terceiro setor* (Master's thesis, FEUC).
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731-747.
- Mühlfeld, C., Windolf, P., Lampert, N., & Krüger, H. (1981). Auswertungsprobleme offener Interviews. *Soziale Welt*, 325-352.
- Navickas, V., & Malakauskaite, A. (2009). The impact of clusterization on the development of small and medium-sized enterprise (SME) sector. *Journal of Business Economics and Management*, 10(3), 255-259.
- Panitz, T. (1997). Faculty and student resistance to cooperative learning. *Cooperative Learning and College Teaching*, 7(2), 2-4.
- Phillips, B. S. (1974). *Pesquisa social: estratégias e táticas*. Agir.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Ribeiro, W. C. (2001). Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global. *Biblio 3W*, 6(312), 1-10.
- Richardson, R. (1999). Jarry e colaboradores. *Pesquisa social: métodos e técnicas*, 3.
- Sautter, E. T., & Leisen, B. (1999). Managing stakeholders a tourism planning model. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 312-328.
- Seelos, C., & Mair, J. (2004). *Social entrepreneurship -The contribution of individual entrepreneurs to sustainable development*.

- Silva, C., Fialho, J., & Saragoça, J. (2013). *Iniciação à Análise de Redes Sociais. Casos Práticos e Procedimentos com Ucinet*. SILVA.
- Strauss, A. L., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed.
- Weaver, D. B. (1999). *CRC for Sustainable Tourism*. (NY. Rutledge)
- Whitworth, C., & Zontek, Z. (2016, November). Using Interpretative Phenomenological Analysis to Evaluate Motivation and Leadership in Social Organizations. In *12 th European Conference on Management, Leadership and Governance ECMLG 2016* (p. 273).
- Wuggenig, U., & Engel, U. (1995). Arbeitslosigkeit und Spaltungsprozesse in der Gesellschaft der BRD. *Bewältigung von Arbeitslosigkeit im sozialen Kontext*. Programme, Initiativen, Evaluationen, 2, 65-83.

Anexos

Anexo I

Guião de entrevistas a membros da Administração Central

Motivação para o empreendedorismo turístico, em Cidade Velha

- a) Ministério das Infraestruturas do Ordenamento do Território e Habitação:
- b) Direção-Geral do Turismo:
- c) Conselho geral do Turismo

Análise do contexto turístico (Macro-envolvente)

O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA – II, em 2008, ao longo das suas 232 páginas, assim como o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo no período 2010/2013, marcam os objectivos a que destinam o esforço, a confiança e a ambição da nação para o futuro, sendo encontradas inúmeras referências quanto à abertura, ao valor e à importância que o país dedica ao turismo.

No 3. do DECRP - POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO: 3.4.7. Cultura e Desenvolvimento. ... “Os desafios do sector assentam no seguinte: (i) promoção de uma política cultural na perspectiva do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade; (ii) recentragem da cultura na projecção de Cabo Verde; (iii) qualificação e promoção dos produtos culturais; (iv) valorização e promoção do património histórico-cultural. Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento sustentado da indústria do turismo e à redução da pobreza”.

- Questionário

Caracterização socio-económica	1. Como avalia os resultados desses instrumentos estratégicos? 2. Está prevista a sua actualização? Se sim, quais serão os seus principais eixos estratégicos? 3. A legislação existente para o sector turístico é suficiente para ajudar no seu desenvolvimento?
--------------------------------	---

Variedade de turismo predominante	1. Que produtos e serviços locais são absorvidos pelo mercado turístico? Como são avaliados pelos turistas e/ou empresas turísticas consumidoras? 2. O “tudo incluído” é o sistema predominante no que toca à oferta turística cabo-verdiana. Para si, esse modelo é positivo ou não para o país? 3. A oferta e a procura turística estão ajustadas, ou a diversificação da oferta acrescentaria atractividade e valor?
Impactos do turismo	1. Quais os principais factores de sucesso e os obstáculos ou carências para o desenvolvimento turístico do país, particularmente na ilha de Santiago? 2. Em geral, quais são, para a si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago? 3. Como é configurada a articulação entre instituições e agentes do sector? 4. Existem estratégias ou medidas do governo que convidam ao envolvimento e à participação dos cidadãos e das OTS, na criação de infraestruturas locais? 5. Na sua opinião, a população local tem beneficiado com o turismo? 5.1. Em que medida? E por que razões?

Conjuntura actual	4. A ilha de Santiago está apetrechada de recursos humanos com as competências necessárias para a actuação no sector turístico? Quais os domínios mais deficitários? 5. Acha que na ilha de Santiago existe potencial de recursos e oportunidades susceptíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente? 6. Qual a contribuição dos empreendedores nacionais no turismo nacional? 6.1. E na ilha de Santiago? 7. Existem incentivos governamentais especiais para os investimentos nacionais, como existem para os investimentos estrangeiros?
Perspectivas futuras	1. O conceito de “empreendedorismo local” está divulgado em Cabo Verde? 2. Conhece algum projecto ou iniciativa nacional que possa ser enquadrada nesse âmbito? 3. Acha que esse tipo de iniciativa pode ter lugar no sector turístico, para responder a problemas sociais? 3.1. E têm condições para ter sucesso, em Cabo Verde? 4. A instituição de que faz parte estaria disponível para promover ou apoiar eventuais projectos de

	empreendedorismo local associado ao turismo? 4.1. Que tipo de apoio ou participação poderia considerar disponível?
--	--

Anexo II

Guião de entrevistas a membros do Poder Local e Organizações Particulares de Solidariedade Social

Motivação para o empreendedorismo turístico, em Cidade Velha

Guião de entrevistas a membros do Poder Local e Organizações

Particulares de Solidariedade Social

- d) Câmara Municipal de Cidade Velha;
- e) ONGs e OTSs

Análise do contexto social e económico (Micro-envolvente)

O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA – II, em 2008, ao longo das suas 232 páginas, assim como o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo no período 2010/2013, marcam os objectivos a que destinam o esforço, a confiança e a ambição da nação para o futuro, sendo encontradas inúmeras referências quanto à abertura, ao valor e à importância que o país dedica ao turismo.

No 3. do DECRP - POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO: 3.4.7. Cultura e Desenvolvimento. ... “Os desafios do sector assentam-se no seguinte: (i) promoção de uma política cultural na perspectiva do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade; (ii) recentragem da cultura na projecção de Cabo Verde; (iii) qualificação e promoção dos produtos culturais; (iv) valorização e promoção do património histórico-cultural. Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento sustentado da indústria do turismo e à redução da pobreza”.

- Questionário

Impactos do turismo	1. De um modo geral, como avalia a actual conjuntura turística do país? E da ilha de Santiago?
---------------------	--

	2. Em geral, quais são, para si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago? 3. A população local tem beneficiado com o crescimento do turismo? Em que medida e por que razões? 4. Que serviços e produtos locais são absorvidos pelo mercado turístico? Como são avaliados pelos turistas e/ou empresas turísticas? 5. Quais as perspectivas de procura e oferta turísticas na ilha, nos próximos anos? 6. Quais os principais factores de sucesso e os obstáculos ou carências para o desenvolvimento turístico do país, particularmente na ilha de Santiago? 7. Em geral, quais são, para a si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago? 8. Qual a avaliação que faz em relação à sustentabilidade do turismo nacional? 9. Na sua opinião a população local é devidamente envolvida no processo de planeamento e desenvolvimento turístico?
Capital humano	8. A ilha de Santiago está apetrechada de recursos humanos com as competências necessárias para a actuação no sector turístico? Quais os domínios mais deficitários?

	9. Acha que na ilha de Santiago existe potencial de recursos e oportunidades susceptíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente? 10. Comunga da visão do governo central de “... um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios” (PE 2010-2013)?
Capital social	5. O conceito de “empreendedorismo local” está divulgado em Cabo Verde? 6. Conhece algum projecto ou iniciativa nacional que possa ser enquadrada nesse âmbito? 7. Acha que esse tipo de iniciativa pode ter lugar no sector turístico, para responder a problemas sociais? 8. E têm condições para ter sucesso, em Cabo Verde? 9. Como avalia o estado social na ilha de Santiago? Quais os principais problemas sociais identificados? 10. Como avalia a dinâmica interventiva das ONGs e OTS da ilha? 11. Conhece algum projecto ou iniciativa nacional ou local que vise o desenvolvimento social, com base na dinâmica do turismo? 10. Acha que esse tipo de iniciativa no sector turístico pode responder a problemas sociais e tem condições para ser bem sucedida em Cabo Verde?

	11. Acha que na ilha existem recursos e oportunidades susceptíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente, no quadro da economia social?
Capital financeiro	1. Existem incentivos governamentais especiais para os investimentos nacionais, como existem para os investimentos estrangeiros? 2. Qual a contribuição dos empreendedores nacionais no turismo nacional? E na ilha de Santiago? 3. O “tudo incluído” é o sistema predominante no que toca à oferta turística cabo-verdiana. Considera que esse modelo é o mais interessante para o país 4. Para si, que efeito pode exercer a existência de um adequado enquadramento jurídico para o desenvolvimento local na criação de oportunidades de vida para as populações locais? 5. Quem financia e como são financiados os projectos sociais em Cabo Verde? 6. A instituição de que faz parte estaria disponível para promover ou apoiar eventuais projectos de empreendedorismo local associado ao turismo? 7. Que tipo de apoio ou participação poderia considerar disponível?

Anexo III

Guião de entrevistas a instituições privadas

Motivação para o empreendedorismo turístico, em Cidade Velha

Guião de entrevistas a instituições privadas:

- f) Empresas do turismo;
- g) Comércio local

Análise do contexto social e económico (Micro-envolvente)

O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA – II, em 2008, ao longo das suas 232 páginas, assim como o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo no período 2010/2013, marcam os objectivos a que destinam o esforço, a confiança e a ambição da nação para o futuro, sendo encontradas inúmeras referências quanto à abertura, ao valor e à importância que o país dedica ao turismo.

No 3. do DECRP - POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO: 3.4.7. Cultura e Desenvolvimento. ... “Os desafios do sector assentam-se no seguinte: (i) promoção de uma política cultural na perspectiva do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade; (ii) recentragem da cultura na projecção de Cabo Verde; (iii) qualificação e promoção dos produtos culturais; (iv) valorização e promoção do património histórico-cultural. Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento sustentado da indústria do turismo e à redução da pobreza”.

- Questionário

Impactos do turismo	1. No geral, como avalia a actual conjuntura turística do país e da ilha de Santiago?
---------------------	---

	2. Como tem sido a relação com o governo central e outras entidades com responsabilidades em matéria do turismo? 3. Quais são, para si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago? 4. Como têm os turistas avaliado o destino turístico Cabo Verde? E Santiago? 5. Quais as áreas de negócio turístico que estão mais implantadas?
Capital humano	1. A população local tem beneficiado com o crescimento do turismo? Em que medida e por que razões? 2. Quais os aspectos que têm suscitado reclamações e os mais apreciados, por parte dos turistas? 3. A ilha de Santiago está apetrechada de recursos humanos com as competências necessárias para actuar no sector turístico? Quais os domínios mais deficitários?
Capital social	1. O mercado turístico absorve produtos e serviços locais? Como são avaliados pelos turistas e/ou empresas turísticas? 2. Acha que Santiago possui recursos que levem a oportunidades susceptíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente, no quadro da economia local? 3. Acha que, se associado ao turismo, esse tipo de iniciativa pode ser uma resposta a problemas sociais e com condições para serem bem-sucedidas em Cabo Verde?

	4. A vossa empresa comunga da visão do governo central de “um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios” (PE 2010-2013)?
Capital financeiro	1. Como avalia o processo burocrático existente, para instalar um negócio? 2. Que perspectivas de procura e oferta turísticas na ilha, para os próximos anos? 3. O “tudo incluído” é a modalidade predominante no que toca à oferta turística cabo-verdiana. Para si, esse modelo é o mais interessante para o país? 4. A instituição de que faz parte estaria predisposta a colaborar ou apoiar eventuais projectos de empreendedorismo local associado ao turismo? Por que razões?

Anexo IV

Guião de entrevistas a sujeitos individuais

Motivação para o empreendedorismo turístico, em Cidade Velha

Guião de entrevistas a sujeitos individuais:

- a) habitantes da Cidade Velha
- b) habitantes da cidade da Praia

Análise do contexto social e económico (Micro-envolvente)

O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA – II, em 2008, ao longo das suas 232 páginas, assim como o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo no período 2010/2013, marcam os objectivos a que destinam o esforço, a confiança e a ambição da nação para o futuro, sendo encontradas inúmeras referências quanto à abertura, ao valor e à importância que o país dedica ao turismo.

No 3. do DECRP - POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO: 3.4.7. Cultura e Desenvolvimento. ... “Os desafios do sector assentam-se no seguinte: (i) promoção de uma política cultural na perspectiva do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade; (ii) recentragem da cultura na projecção de Cabo Verde; (iii) qualificação e promoção dos produtos culturais; (iv) valorização e promoção do património histórico-cultural. Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento sustentado da indústria do turismo e à redução da pobreza”.

- Questionário

Impactos do	1. O turismo pode beneficiar a cidade. Gostaria que houvesse aqui
-------------	---

turismo	mais viajantes e turistas? 2. Gostaria que a sua cidade tivesse hotéis com turistas, ou só turistas? 3. Agradava-lhe partilhar a cidade com turistas residentes? 4. A diversão nocturna prejudicaria algum aspecto do modo de vida na cidade? Ou seria um benefício? 5. Preferia que na sua cidade houvesse mais trabalho, ou mais turistas? 6. Gostaria de negociar com turistas?
Capital humano	1. Residir na Cidade Velha resulta de uma opção, ou de tradição? 2. Preferia viver noutro ponto da ilha? Porquê? 3. Qual a sua idade? 4. Qual a sua formação académica e profissional? 5. Qual o seu agregado familiar? 6. Que tipo de actividade exerce? 7. Além das actividades ligadas à subsistência, existe na Cidade Velha mercado de trabalho de alguma duração? 8. Preferiria ter rendimento de trabalho, ou de negócios?

Capital social	1. Tratando-se de um meio rural, junto ao mar, existem condições de produção de bens alimentares para abastecimento da população? 2. É praticada partilha de recursos? 3. A cidade possui meios para garantir assistência na saúde? 4. E na educação? 5. A sua casa tem água e electricidade? 6. Que motivos o levam a ter de viajar, para fora da cidade? 7. Com que frequência se verificam os transportes de ligação aos vários destinos? 8. Agrada-lhe a ideia de contribuir para isso?
Capital financeiro	1. A actividade económica na Cidade Velha é assegurada por caboverdianos? 2. São empresários individuais, ou existem experiências de colectividades, ou associações? 3. Há incentivos governamentais, ou outros, para criar um negócio? 4. O crescimento do turismo local poderia levá-lo a exercer outra actividade? 5. Qual a contribuição dos empreendedores locais no turismo da Cidade Velha?

Índice

Introdução	5
Objectivos	7
Cap. 1. Revisão da literatura	10
1.1. Conceitos	12
1.1.1. Redução da pobreza	12
1.1.2. Competitividade	13
1.1.3. Motivações	14
1.1.4. Stakeholders	16
Cap. 2. Metodologia	22
2.1. Problema de pesquisa	22
2.2. Modelo analítico e estratégia metodológica	24
2.2.1. Tipo de pesquisa	26
2.2.2. Método de pesquisa	26
2.2.3. Técnica de investigação	27
2.3. Operacionalização do Modelo	28
2.4. Cronograma de acções	31
Cap. 3. Recolha de dados	32
3.1. Recolha de dados primários (documentação)	32
3.1.1. Constituição da ADEI (31/10/2008)	32
3.1.2. DECRP-II (Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II).....	33
3.1.3. Plano Estratégico para o turismo (2010/13)	35
3.1.4. Dados Estatísticos	36
3.1.5. Impacto económico do turismo em Cabo Verde	39
3.2. Recolha de dados secundários (Entrevistas)	41
3.2.1. Organização dos dados recolhidos	42
3.2.2. Entrevistas	43
Cap. 4. Análise e discussão de dados	68
4.1. Dados primários (documentação)	68
4.2. Dados secundários (entrevistas)	69
Conclusões	80
Orientações para pesquisa futura	82
Referências bibliográficas	83
Anexos	I
Anexo I	II
Anexo II	VII
Anexo III	XII
Anexo IV	XVI